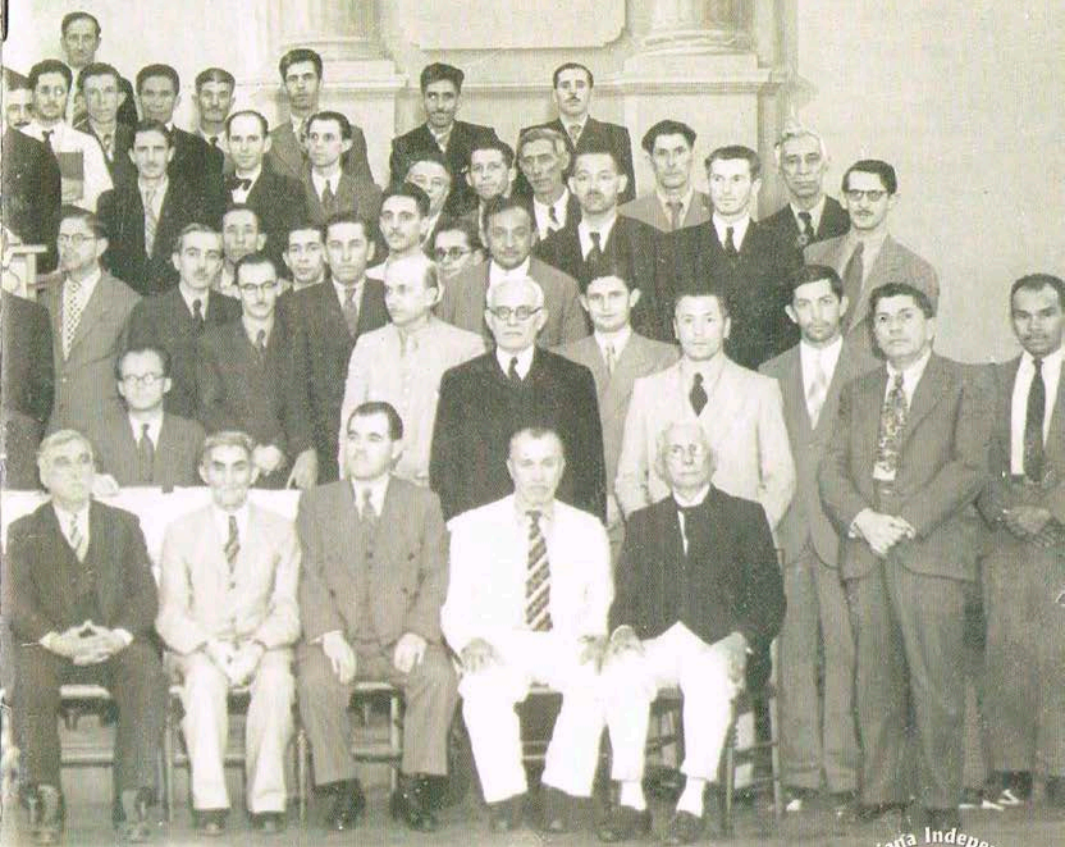


# O Estandarte



1º Caderno do Centenário





# O Estandarte no Centenário da Igreja

*Rev. Gerson Correia de Lacerda*

É com muita alegria e entusiasmo que estamos entregando a todos os assinantes de O Estandarte e ao público em geral o 1º Caderno do Centenário.

Para os assinantes, o Caderno é totalmente gratuito. Os não assinantes podem adquiri-lo ao preço de R\$ 3,00 na Editora Pendão Real.

Outros Cadernos já estão sendo preparados. Durante o Ano do Centenário da IPI do Brasil, pretendemos, com a graça do bom Deus, produzi-los e distribuí-los para que todos os membros de nossas igrejas conheçam melhor a caminhada histórica da igreja.

Contamos, na elaboração deste 1º Caderno do Centenário, com a preciosa colaboração do Rev. Eduardo Galasso Faria como coordenador de sua edição. Foi, também, de grande valia o auxílio do Rev. Éber Ferreira Silveira Lima, secretário executivo da IPI do Brasil, na obtenção das fotografias aqui publicadas. A eles a nossa gratidão.

Ao publicar o 1º Caderno do Centenário, desejamos, com ardor, que O Estandarte esteja no coração da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil.

*O Rev. Gerson é o editor de O Estandarte*

---

# Índice

Apresentação	3
<b>1</b> A Questão Doutrinária (1938-1942)	5
<b>2</b> A IPI do Brasil nos anos quarenta	23
<b>3</b> A IPI do Brasil e o pentecostalismo na década de 50	42
<b>4</b> Evangelização e Missões na IPI do Brasil	60
<b>5</b> As mulheres na IPI do Brasil	78

---

# Apresentação

*Rev. Eduardo Galasso Faria*

Com este 1º Caderno do Centenário, O Estandarte oferece uma contribuição especial para as comemorações do Centenário da IPI do Brasil.

Desde que iniciou o seu mandato, a atual Diretoria da Assembléia Geral se empenhou para que as comemorações em torno dos 100 anos da IPI do Brasil não fossem feitas de maneira improvisada. E um dos seus objetivos foi justamente o de recuperar a história da nossa igreja através de publicações que pudessem ser lidas e meditadas por todos.

Com esse propósito, procuramos dividir essa história desde 1903 e seus antecedentes até alcançar o presente. Estamos certos de que a compreensão refletida sobre o que vem do passado permite avaliar o que estamos empenhados em realizar hoje e o que pensamos para o amanhã. Procuramos, então, viabilizar este intento, estabelecendo tópicos marcados ora pelo momento histórico-cronológico ora pela sua característica temática.

Era preciso pensar na contribuição que a IPI do Brasil deu e está dando à causa do evangelho do Senhor Jesus em meio à obra da igreja cristã em geral e do trabalho presbiteriano em nosso país. Para isso tornou-se necessário fazer um levantamento, através de pesquisas elaboradas, dos elementos norteadores do trabalho e também dos seus principais idealizadores, bem como dos acontecimentos históricos que se seguiram a eles ou que os extrapolaram em seu planejamento e previsões.

Em meio a isso tudo, o objetivo era envolver a igreja não só para que pudesse contemplar, com orgulho, o que o Senhor lhe permitiu realizar nesse tempo, como possibilitar-lhe uma visão crítica-constructiva que venha a aparelhá-la melhor para a obra que tem diante de si.

Para trabalhar nessa empreitada procuramos os historiadores da IPI do Brasil, com sua contribuição acadêmica, bem como outras pessoas ligadas à pesquisa e vivência de sua história, ou então os que estão

---

atuando atualmente em setores vitais na vida eclesiástica.

Quando, neste ano, a Comissão do Centenário e suas subcomissões se reuniram, pensou-se naturalmente em incluir o material que vínhamos preparando para ser utilizado nas publicações comemorativas dessa importante data.

Nesse primeiro trabalho de divulgação da história da IPI do Brasil, temos uma reflexão do Rev. Gerson Correia de Lacerda sobre um momento crucial que acabou infelizmente dividindo a Igreja e que foi a Crise Doutrinária de 1938. Logo depois, vem uma análise feita pelo Rev. Eduardo Galasso Faria dos anos que se seguiram à crise e que representaram o notável esforço dos leigos para reerguer a IPI nos anos quarenta. Na década de cinquenta, o Rev. Éber Silveira Lima mostra como a questão pentecostal alcançou a IPI em São Paulo (Cambuci). O último texto é da Reva. Shirley Maria dos Santos Proença, que apresenta uma visão do importante trabalho realizado pelas mulheres na IPI do Brasil.

Para termos os escritos desses autores na forma em que se encontram – resumidamente, de maneira a alcançar um público de leitores maior – contamos com o trabalho do Rev. Gerson Correia de Lacerda. Para os leitores interessados nesses documentos em sua forma integral, bem mais ampla, indicamos o Museu de História da IPI do Brasil, no Seminário Teológico de São Paulo, onde os textos originais podem ser encontrados.

O levantamento dessa história terá seqüência nos próximos Cadernos, com outros importantes textos, alguns já elaborados e outros em preparação.

A todos que têm dado o seu tempo com dedicação a esse empreendimento, deixamos aqui registrado o nosso agradecimento.

Estamos todos conscientes de que a comemoração do Centenário exige reflexão e, também, dedicação em prol da *Coroa Real do Salvador* que nos envolve a todos como cristãos presbiterianos independentes.



*O Rev. Eduardo integra a Assessoria de Imprensa e Comunicação da IPI do Brasil e é professor do Seminário Teológico de São Paulo*



# A Questão Doutrinária (1938-1942)

Rev. Gerson Correia de Lacerda

## Dois depoimentos

Para introduzir o estudo a respeito da Questão Doutrinária, apresentamos dois depoimentos. Eles foram escritos por ilustres ministros da palavra e dos sacramentos da IPI do Brasil. O primeiro depoimento é do Rev. Azor Etz Rodrigues (1902- 1996), que se destacou como líder da IPI do Brasil em Assis, SP, e toda a região da Alta e Média Sorocabana. O segundo é do Rev. Roldão Trindade de Ávila (1907-1994), que foi nomeado diretor do Seminário de São Paulo na época da crise, em 1940.

### 1. REV. AZOR ETZ RODRIGUES

*“Quanto tempo se consumiu, quanto dinheiro se gastou, quantas angústias e aflitivas preocupações decorrentes destas lutas internas durante três anos! Algo, porém, se verificou, em razão da gravíssima crise, que muito e muito nos reconfortou: foi o intenso despertamento do espírito de oração, de que participaram muitos moços, todos interessando-se pela pacificação e unidade da igreja...*

*Assim... tem a Igreja Independente diante de seus olhos esta dolorosa realidade: a crise doutrinária, dois desmembramentos, a retirada de 13 ministros, perdeu algumas igrejas e mais de 1.000 membros professos. Não é possível que sejamos indiferentes a estes fatos resultantes da terrível crise. Eles nos fizeram sofrer profundamente”* (Edição Especial de O Estandarte de 7/1/1943, p. 15).

## 2. REV. ROLDÃO TRINDADE DE ÁVILA

*“A IPI do Brasil enfrentou uma crise que abalou sua estrutura administrativa e política, com reflexos prejudiciais em todos os campos de sua atividade, principalmente da evangelização e da fraternidade entre os membros...*

*A nossa igreja, na ocasião, estava com 138 igrejas locais. Ficou com 130. Numericamente a perda foi insignificante; porém, a quebra da fraternidade, da confiança mútua entre os pastores foi muito sensível.*

*As dificuldades surgidas no remanejamento dos cargos de liderança, de professores do seminário, de redatores de O Estandarte foram muito grandes, porém superáveis”* (texto mimeografado, escrito em 1981).

São dois depoimentos. Ambos procedentes de pessoas que sofreram intensamente as agruras da grave crise que se abateu sobre a IPI do Brasil entre 1938-1942. O primeiro foi redigido logo depois do desenlace da crise, quando as feridas ainda não tinham sido cicatrizadas. O segundo, muito mais tarde, quando já se podia fazer uma avaliação mais tranqüila a respeito de tudo o que sucedera.

Os dois depoimentos, apesar de suas diferenças, enfatizam que a Questão Doutrinária abalou e marcou profundamente a história da IPI do Brasil. E é sobre ela que nos debruçamos neste estudo.

### Antecedentes da Questão Doutrinária

Organizada em 1903, a IPI do Brasil, nos primeiros anos de sua história, enfrentou grandes desafios e experimentou o sabor de muitas vitórias. Em 1905, organizou o Seminário de São Paulo, cujo edifício foi inaugurado em 14/1/1914. Em 1922, adquiriu uma propriedade agrícola, em Campinas, para a obra de beneficência, onde teve suas origens o Orfanato Betel.

Em 1923, faleceu o líder da organização da IPI do Brasil, o Rev. Eduardo Carlos Pereira. O acontecimento tem um grande significado simbólico. Serve para indicar que estava chegando ao fim a fase histórica dos iniciadores da denominação. Até a primeira metade dos



---

anos 20, a IPI do Brasil foi conduzida pela liderança que a organizara. A partir daí, desponta uma nova liderança e surgem os primeiros problemas que iriam desembocar na célebre Questão Doutrinária.

### 1. O ESTANDARTE E A SEMANA EVANGÉLICA

Os primeiros sintomas das dificuldades que iriam surgir podem ser percebidos na disputa entre O Estandarte e a Semana Evangélica.

O Estandarte teve sua origem como um jornal particular, fundado em 7 de janeiro de 1893, pelos Revs. Eduardo Carlos Pereira e Bento Ferraz e pelo Presb. Joaquim Alves Corrêa. Não era o órgão oficial do presbiterianismo em sua origem nem se tornou o jornal oficial da IPI do Brasil, em 1903. Sem dúvida, porém, era uma espécie de órgão oficioso da nova denominação.

Com a morte do Rev. Eduardo Carlos Pereira, em 1923, assumiu a direção do jornal o Rev. Bento Ferraz. Começaram a surgir as primeiras manifestações de insatisfação com a orientação geral da publicação. O novo diretor não permitia que se publicassem textos contrários a seus próprios pontos de vista.

O Sínodo Presbiteriano Independente tentou transformar O Estandarte em órgão oficial da denominação, solicitando que seus proprietários e diretores o doassem à igreja. Não sendo atendido, resolveu criar a “Semana Evangélica”, que passou a ser o jornal oficial da IPI do Brasil a partir de 1927. Comenta o Rev. Roldão Trindade de Ávila: *“Abriu-se, então, uma questão entre os redatores de ambos os jornais, bem como entre os leitores. O Estandarte publicou uma série de artigos, combatendo a Semana Evangélica e criticando as resoluções do Sínodo. Foram dois anos de muita agitação, prejudicando sensivelmente a paz e o progresso da igreja”*.

Dois anos mais tarde, em 1929, os proprietários e diretores de O Estandarte, representados pelo Rev. Bento Ferraz, finalmente cederam. A Semana Evangélica foi extinta e O Estandarte foi oficializado. Tal processo foi concluído na reunião do Sínodo de 1932, quando a IPI passou a ser proprietária de O Estandarte.

O problema foi resolvido, mas sua ocorrência e persistência deixaram mágoas e ressentimentos.

---

## 2. A FEDERAÇÃO DA MOCIDADE

O trabalho dos leigos, em termos denominacionais, começou a ser organizado em 1932. Nessa data, o Sínodo organizou a Federação das Sociedades de Senhoras da IPI do Brasil.

Dois anos mais tarde, em 1934, o mesmo foi feito em relação à mocidade, nomeando-se o Rev. Eduardo Pereira de Magalhães, neto do saudoso líder da fundação da igreja, como secretário executivo da Federação da Mocidade, que foi estabelecida oficialmente em 1936.

Exatamente em 1936, foi promovido, na 1ª IPI de São Paulo, um Congresso Evangélico. O evento estava inserido no movimento ecumênico que dava seus primeiros passos. Na linguagem da época, o Congresso tinha por objetivo a promoção do unionismo no lugar do divisionismo. E a IPI do Brasil contou com uma expressiva representação integrada pelos Revs. Epaminondas Melo do Amaral, Lívio Teixeira, Seth Ferraz e Eduardo Pereira de Magalhães.

Estava mais do que claro que uma segunda geração de líderes despontava na denominação, com novas propostas e idéias.

## 3. A REFORMA DO LIVRO DE ORDEM

Em 1922, o Sínodo Independente nomeou uma comissão para elaborar um ante-projeto de revisão do Livro de Ordem. A IPI do Brasil continuava a utilizar o Livro de Ordem da Igreja Presbiteriana do Brasil. Dez anos depois, em 1932, a comissão designada apresentou sua proposta. O Sínodo resolveu acolher o trabalho, adotando-o provisoriamente durante dois anos, a fim de que fosse estudado, analisado e experimentado. Em 1934, finalmente, foi promulgada a “Constituição e Ordem da IPI do Brasil”.

Comentou o Rev. Roldão Trindade de Ávila: *“Durante os debates, percebia-se que havia duas correntes – conservadora e renovadora”*.

## 4. O SEMINÁRIO

Em 1930, o Sínodo decidiu participar de um plano por um Seminário Unido no Rio de Janeiro. Foi fechado o Seminário em São Paulo, tendo sido encaminhados para o Rio os seminaristas e um professor. A experiência não foi bem sucedida e o Seminário voltou a funcionar em São Paulo, em 1933. Um novo corpo docente foi designado, do qual faziam parte Lívio Teixeira e Henrique Maurer Júnior. Era a

---

nova geração que se juntava à antiga, integrada pelos Revs. Alfredo Borges Teixeira e Vicente Themudo Lessa.

Em todos esses aspectos acima destacados, percebe-se que a IPI do Brasil estava passando por uma fase de amplas e profundas transformações. Surgira nela uma nova liderança, que trazia novas perspectivas para a denominação. Ao que tudo indicava, uma nova história estava começando a ser escrita. Foi, porém, nesse contexto que explodiu a Questão Doutrinária.

## A eclosão da Questão Doutrinária

A célebre Questão Doutrinária começou de maneira singela. Um candidato à licenciatura, Ruy Gutierrez, recém saído do Seminário da IPI do Brasil, apresentou-se ao Presbitério D'Oeste para os exames costumeiros. Ao ser examinado, respondeu a uma das questões dizendo que *“não possuía opinião formada a respeito da doutrina das penas eternas e do destino das almas dos ímpios, tendo simpatia para com a teoria do aniquilamento”*. A resposta provocou grande agitação. O exame do candidato à licenciatura foi suspenso.

Deve-se considerar o contexto em que ocorreu o fato. É relevante destacar que estava presente no exame no candidato o Rev. Alfredo Alípio do Vale. Adepto do integralismo, estava ele magoado porque o Sínodo da IPI do Brasil, reunido em 1936, respondera a uma consulta afirmando que o integralismo não podia ser aceito pelo crente. Passou a considerar-se vítima da chamada “ala liberal”, exatamente a nova geração que despontava à frente da mocidade, do órgão oficial O Estandarte e do Seminário.

Diante da resposta do candidato à pergunta a respeito das penas eternas, duas consultas foram encaminhadas ao Sínodo. A primeira, do Rev. Alfredo Alípio do Vale, com o seguinte teor: *“Podem os presbitérios licenciar ou ordenar candidatos ao santo ministério que negam as penas eternas e crêem no aniquilamento da alma? Podem continuar no ministério de nossa igreja ministros que defendem idéias semelhantes?”* A segunda, do Presbitério d'Oeste, nos seguintes termos: *“Um presbitério deve licenciar em prova para o santo ministério um candidato que, ao ser examinado em seus conhecimentos teológicos, reafirmou que não tem opinião formada sobre as doutrinas das Penas Eternas e Destino da Alma dos Ímpios, tendo simpatia para*

*com a teoria do aniquilamento das almas?"*

Com a apresentação dessas duas consultas ao Sínodo, na reunião iniciada no dia 15 de janeiro de 1938, teve início a Questão Doutrinária, que se estendeu até 1942.

## A reunião ordinária do Sínodo em 1938

Na reunião ordinária do Sínodo, na qual eclodiu a Questão Doutrinária, foram tomadas as seguintes resoluções:

1. Quanto à consulta do Rev. Alfredo Alípio do Vale, a respeito da possibilidade de se licenciar ou ordenar candidatos ao ministério da palavra e dos sacramentos bem como de permanência no ministério de pastores que negassem as penas eternas, o Sínodo aprovou decisão negando tal possibilidade.

2. Quanto à consulta do Presbitério d'Oeste, a respeito da possibilidade de se licenciar candidatos ao ministério da palavra e dos sacramentos que não tivessem opinião formada sobre as doutrinas das penas eternas, foi aprovado parecer que dizia que *"O Sínodo, neste particular, entrega ao critério do Presbitério a solução dos casos específicos"*.

3. Tendo em vista a acalorada discussão que o tema estava provocando, o Sínodo aprovou proposta feita pelo Rev. Francisco Augusto Pereira Júnior apresentada nos seguintes termos: *"Considerando que, em nossa igreja, há duas correntes de opiniões em choque: a liberal e a conservadora; considerando que, dos fatos que empolgaram nossos Concílios, especialmente este Sínodo, transparece que a nossa Faculdade de Teologia está, velada mas positivamente, na corrente liberal, com seus perigos, e nela vai plasmando a mentalidade de nossos estudantes, contra nossas tradições conservadoras; considerando que, dados tais fatos, a igreja tem necessidade imperiosa de ser plenamente esclarecida sobre o assunto, para que, por seus representantes, fique habilitada a assumir a atitude que lhe dita a consciência, iluminada pela Palavra de Deus; mais considerando que O Estandarte, como seu órgão oficial, é o meio mais adequado para aquele esclarecimento de caráter imperativo, no momento; proponho que este Sínodo determine que, em virtude da aprovação desta proposta, fiquem franqueadas, desde agora, as colunas de O Estandarte ao livre e elevado debate das duas correntes em apreço, devendo consagrar-*

---

*se uma das páginas do mesmo órgão às publicações respeitadas de oficiais e membros das igrejas locais, que queiram manifestar-se, isolada ou coletivamente, a favor de qualquer das duas correntes. E que, daqui a seis meses, se convoque uma reunião extraordinária do Sínodo para pronunciamento oficial sobre o sistema doutrinário”.*

5. Tendo em vista que estavam em debate pontos doutrinários da Confissão de Fé de Westminster, aceita oficialmente pela IPI do Brasil como seu padrão doutrinário, foi também aprovada uma proposta apresentada por Francisco Lotufo e Pedro de Moraes Pinto, redigida nos seguintes termos: *“Propomos que este Sínodo nomeie uma comissão para estudar se há ou não conveniência de reformar nossos símbolos de fé e, no caso afirmativo, determinar os pontos em questão e trazer a matéria para discussão na próxima reunião do Sínodo”.* A comissão designada para esta tarefa ficou composta por três pastores: Revs. Epaminondas Melo do Amaral, Alfredo Borges Teixeira e Francisco Augusto Pereira Júnior.

Frente a tantas decisões, é possível perceber que havia um claro confronto entre os liberais e os conservadores, sendo que os liberais destacavam-se, principalmente, no setor da educação teológica. Também é possível notar que o esforço do Sínodo era feito no sentido de procurar um caminho de conciliação e de superação do problema. Porém, na falta de um caminho seguro e claro, diversas alternativas eram experimentadas ao mesmo tempo: discussão aberta do assunto nas páginas de O Estandarte; realização de reunião extraordinária para estudo do tema; nomeação de comissão para estudar a conveniência de reformulação dos símbolos de fé.

Deve-se acrescentar que, ainda na reunião ordinária do Sínodo de 1938, foi apresentada e registrada em ata a seguinte declaração assinada pelos Revs. Epaminondas Melo do Amaral, Otoniel Mota, João Euclides Pereira e Eduardo Pereira de Magalhães: *“Declaramos, em face das discussões em plenário, que nos sentimos dentro das idéias e dos sentimentos cristãos e bíblicos, aceitando os princípios básicos da fé, como as doutrinas da Trindade, Encarnação, Revelação, Redenção em Cristo, Comunhão dos Santos, Condenação dos Ímpios, e outros, porém acrescentamos que mantemos divergências, em diferentes peculiaridades, na interpretação tradicional da fé, divergências a respeito das quais nos julgamos dentro da Igreja de Cristo e não afasta-*

*dos dos irmãos que adotam posição teológica diversa, sustentando, como enfaticamente sustentamos, que o espírito do Cristianismo é de tolerância e não de dogmatismo que mata”.*

## A reunião extraordinária do Sínodo em 1938

As resoluções da reunião ordinária do Sínodo em 1938 não trouxeram paz e tranqüilidade. Ao contrário, provocaram agitação e confusão. Por causa disso, foi convocada uma reunião extraordinária, que aconteceu em agosto do mesmo ano.

Da reunião extraordinária do Sínodo, destacamos os seguintes pontos:

1. Foi apresentada uma Declaração de Fé, assinada pelos Revs. Alfredo Borges Teixeira, Eduardo Pereira de Magalhães, Epaminondas Melo do Amaral, João Euclides Pereira, Jorge Bertolaso Stella, Lívio Teixeira, Otoniel Mota e Seth Ferraz, lavrada nos seguintes termos: *“Apesar de matizes diferentes em nossas opiniões, mesmo sobre o assunto que provocou as discussões no Sínodo, sustentamos princípios doutrinários em comum, e uma comum atitude de liberal tolerância. Afirmamos o princípio do livre exame, queremos que ele se pratique e, de acordo com isso, entendemos que há o direito de, mantendo-se uma teologia evangélica, podermos discordar dos símbolos de Westminster. A declaração de fé, que apresentamos ao Sínodo, afirma, em largos traços, os princípios tradicionais da fé cristã, e deixa margem para idéias restritas ou conceitos liberais sobre pontos específicos, e para a incapacidade que muitos espíritos sentem em dogmatizar sobre particularidades e pontos obscuros. Cremos que correntes diversas cabem fraternalmente na mesma igreja. Pronuncie-se o colendo concílio sobre a posição nossa e a de quantos nela se enquadrem.*

### *DECLARAÇÃO DE FÉ*

*Creemos no Deus trino, espírito eterno e perfeito – Pai, Criador e Senhor de todas as coisas; Filho, Redentor dos homens, e Espírito Santo, Fonte de vida espiritual e Consolador.*

*Creemos na revelação de Deus, manifestada de maneiras diversas, de um modo especial nas Escrituras Sagradas, nossa base de fé e prática, e, por excelência, mediante o Verbo que se encarnou.*

*Creemos na realidade e maldição do pecado universal; na necessida-*

---

de do perdão e do livramento de seu domínio e suas conseqüências.

*Cremos na soberania de Deus, que realiza o seu plano eterno sem destruir a liberdade humana.*

*Cremos na misteriosa obra redentora que, por sua vida, morte e ressurreição, Jesus Cristo realizou; na regeneração operada pelo Espírito Santo; na justificação dos pecadores, mediante a fé; e na progressiva obra da santificação.*

*Cremos na comunhão com Deus, por Cristo, único mediador; na eficácia dos meios de graça; nas bênçãos do batismo e da ceia do Senhor.*

*Cremos nos benefícios da igreja visível; no sagrado dever da unidade cristã e do amor fraterno; na igreja universal e na comunhão dos santos.*

*Cremos na necessidade de uma vida renovada e santa, consagrada à glória de Deus e serviço de todos os homens, para a extensão do Reino e predomínio da paz e da fraternidade humana.*

*Cremos na justiça divina que condena os ímpios e na misericórdia que concede bem-aventurança na companhia do Senhor.*

*Cremos na proeminência da vida espiritual e ética sobre os símbolos de fé, que, embora necessários e baseados nas Escrituras, são falíveis e devem ser aceitos com espírito de livre exame e tolerância.* (O grifo é nosso.)

2. Foi apresentada proposta feita pelo Rev. Bento Ferraz nos seguintes termos: "Propomos que o Sínodo: a) se pronuncie nominalmente que mantém em sua integridade a Confissão de Fé e os catecismos de Westminster, tradução brasileira, adotados em sua recentíssima Constituição e Ordem; b) e, em conseqüência, como já resolveu este Sínodo em sua última reunião ordinária, no referente aos ministros e licenciados, determine que os Presbitérios e os conselhos destituam de seus ofícios os ministros, os licenciados, os provisionados, os presbíteros e os diáconos que abandonaram ou vieram e abandonar, no todo ou em parte, os princípios doutrinários da IPI do Brasil, ficando entendido que, sobre a letra b, não poderão votar os que já se pronunciaram contra os mesmos símbolos de fé; c) que os ministros não presentes a esta reunião extraordinária só continuem nos seus ofícios se fizerem perante os respectivos presbitérios reafirmação expressa de se acharem de acordo com a própria proposta

---

*ora aprovada por este concílio”.*

3. Durante a intensa e acirrada discussão, acabou sendo aprovada uma proposta feita pelo Rev. Epaminondas Melo do Amaral, no sentido de que se nomeasse uma comissão especial de nove membros, representando as três correntes presentes no concílio (liberais, conservadores e de centro), a fim de estudar o problema e encontrar uma fórmula capaz de resolvê-lo. O relatório apresentado por tal Comissão Especial foi aprovado nos seguintes termos: *“1. Haja novas escolhas para todas as funções sinodais, incluída a representação presbiterial junto à Mesa Administrativa; 2. Seja nomeada uma comissão composta por 3 representantes de cada corrente doutrinária – a conservadora e a liberal – para apresentar ao Sínodo de 1942 um projeto de nova Confissão de Fé, baseada nos símbolos de Westminster; 3. Durante esse período não serão permitidas publicações pela imprensa nem pregações nos púlpitos que venham contrariar os atuais símbolos, pois os que porventura tenham dúvidas deverão apresentá-las a Nosso Senhor Jesus Cristo e não à igreja; 4. Não devem ser licenciados ou ordenados candidatos que rejeitem os símbolos de fé em vigor”.*

4. Renúncia ao ministério da IPI do Brasil do Rev. Otoniel Mota, um dos fundadores da denominação em 1903.

Dos pontos acima destacados, percebe-se que os liberais marcavam claramente seu posicionamento e defendiam que houvesse um mínimo de tolerância e liberdade de pensamento dentro da IPI do Brasil. Émile G. Léonard, um historiador insuspeito de qualquer tipo de partidarismo, comenta que, não fossem as circunstâncias daquele momento, a Declaração de Fé seria considerada de “uma ortodoxia suficiente”.

Por outro lado, percebe-se também que os conservadores consideravam os liberais como um grupo a ser extirpado da IPI do Brasil, pois sua presença ameaçava a ortodoxia da denominação.

Ao mesmo tempo, o Sínodo agia de forma incoerente e contraditória. Por um lado, proibia a divulgação de qualquer idéia contrária aos símbolos de fé sustentados pela igreja e, por outro lado, nomeava uma comissão para preparar um projeto de nova confissão de fé, baseada nos símbolos de Westminster.

Estava mais do que claro que dois grupos se opunham entre si e o



---

que se pretendia era achar um caminho de conciliação, que conservasse a ambos na denominação. A saída do Rev. Otoniel Mota indicava, porém, que tal caminho não passava de um sonho impossível de ser concretizado.

## Reunião ordinária do Sínodo em 1940

Quando o Sínodo de 1940 se reuniu, já havia uma solução aprovada para a Questão Doutrinária: ela só deveria ser discutida novamente no Sínodo de 1942, quando a comissão designada na reunião extraordinária de 1938 iria apresentar seu projeto de uma nova confissão de fé. Entretanto, era impossível evitar a discussão e o debate do assunto. Todas as atenções estavam voltadas para ele. Por isso, o Sínodo resolveu reconsiderar a matéria na reunião ordinária de 1940.

No decorrer dos trabalhos, acabou sendo aprovada a seguinte proposta apresentada pelo Rev. Orlando Ferraz: *“Considerando que a IPI do Brasil é conservadora e que deseja manter os Símbolos de Fé, representados na Confissão de Fé e Catecismos Maior e Menor; considerando que a Confissão de Fé e Catecismos, embora susceptíveis de reforma em pontos secundários, todavia expressam, em substância, a interpretação fiel das Sagradas Escrituras no tocante às doutrinas tradicionais e fundamentais do cristianismo; considerando que a situação atual de nossa igreja é grave e que necessita de uma solução enérgica, mas ao mesmo tempo caridosa e tolerante; considerando que, sem um verdadeiro espírito de sacrifício e renúncia de ambos os lados, não será possível chegar-se a um acordo, o Sínodo resolve: a) Declarar que mantém os seus Símbolos de Fé e que os defenderá com todo o cuidado e zelo; b) Dissolver a comissão que foi nomeada para reformar a Confissão de Fé e os Catecismos; c) Reconhecer em igualdade de direitos os ministros e crentes que têm dificuldades na interpretação de alguns pontos doutrinários exarados na Confissão de Fé; d) Recomendar que os que ocupam cargos eclesiásticos que exigem ensino especial ou propaganda mantenham em toda a sua integridade os princípios básicos doutrinários de nossa igreja; e) Deixar aos presbitérios o critério quanto à licenciatura e ordenação de seus candidatos”*.

Valem para a resolução do Sínodo Ordinário de 1940 as mesmas observações que fizemos a propósito das resoluções do Sínodo Extraordinário de 1938. O que a IPI do Brasil buscava, desesperadamente, era

encontrar um caminho de conciliação e acomodação entre as duas correntes que a dividiam. O que se aprovou no Sínodo de 1940 foi algo que procurava agradar as duas partes. O que se conseguiu, porém, foi uma resolução que desagradou a ambas.

Os conservadores, insatisfeitos, resolveram sair da denominação. Tendo a 2ª IPI de São Paulo como base, organizaram a Igreja Presbiteriana Conservadora e fundaram o jornal “O Presbiteriano Conservador”. Émile G. Léonard comenta: *“A lembrança de Eduardo Carlos Pereira e a questão maçônica impediram-nos de entrar na Igreja Presbiteriana, de onde lhes vinham manifestações de simpatia... No mês de julho, puderam reunir um presbitério e seu movimento já possuía 5 pastores, 11 igrejas, com 741 membros adultos”*.

Do outro lado, texto dos liberais, publicado em 1941 e assinado por Epaminondas Melo do Amaral, Eduardo Pereira de Magalhães, Lívio Teixeira, Olimpio Batista de Carvalho, Ruy Gutierrez e Thomaz Pinheiro Guimarães, faz a avaliação: *“Era difícil harmonizar as alíneas c) e d), e difícil interpretar a alínea e). Veio a cisão. Veio a confusão. Alguns liberais, querendo acalmar a igreja, renunciaram a várias comissões sinodais, perante a Mesa Administrativa, mas disso nem se deu conhecimento ao público”*.

Estava claro que a saída dos conservadores, organizando sua própria denominação, não significava que a IPI do Brasil ficaria em paz e superaria daí em diante a Questão Doutrinária. Por um lado, a Igreja Conservadora, recentemente organizada, passou a acusar a IPI do Brasil de ser uma denominação liberal e modernista, que se afastava da sã doutrina bíblica. O temor de estarem filiados a uma igreja modernista fez com que muitos dos membros da IPI do Brasil a abandonassem, transferindo-se para a Igreja Conservadora. Por outro lado, os próprios liberais sentiam que eram considerados, dentro da IPI do Brasil, como suspeitos de heresia e como culpados pela recente cisão com a saída dos conservadores.

## Reunião extraordinária do Sínodo em 1941

Tendo em vista a situação descrita acima, reuniu-se o Sínodo Independente extraordinariamente em janeiro de 1941 para, mais uma vez, encontrar uma “solução definitiva” para o problema. O que se aprovou foi a seguinte resolução: O Sínodo *“1) Reafirma a sua fidelidade aos*

*Símbolos de Fé, de acordo com o item 2º. da Introdução Geral da Constituição e Ordem, e declara que jamais negou a imortalidade da alma e a eternidade das penas para os ímpios, como tem sido propalado erradamente; 2) Reafirma, sem restrições, como princípio distintivo da IPI do Brasil a incompatibilidade entre a profissão do evangelho e a profissão maçônica; 3) Reconhece que a Confissão de Fé deve ser revista oportunamente; 4) Recomenda aos ministros, oficiais e membros das igrejas uma atitude prudente, pacífica, caridosa e cristã para o restabelecimento da paz, da harmonia e da confiança entre todos os irmãos; 5) Aprecia e louva o gesto nobre e altamente cristão de ministros chamados liberais, cujas idéias sobre as doutrinas acima referidas provocaram em certas igrejas acentuadas reações, declarando-se eles dispostos a se colocarem em disponibilidade ativa, por tempo indeterminado, no propósito de removerem as dificuldades existentes; 6) Determina aos concílios competentes a aplicação de processo regular a todos quantos se insurgirem contra estas resoluções, bem como aos que perturbarem a paz, a unidade, a pureza e o progresso da igreja; 7) Recomenda que todas as igrejas realizem, neste ano, campanhas especiais de reavivamento; 8) Revogam-se as disposições em contrário”.*

Mais uma vez, o Sínodo tomava uma posição que procurava agradar os dois lados. Contra a opinião dos conservadores, reconhecia que a Confissão de Fé tinha de ser revista. Contra os liberais, reafirmava os símbolos de fé e a eternidade das penas para os ímpios, além de estimular os ministros liberais a ficarem em disponibilidade ativa.

Em resposta à resolução do Sínodo, os liberais publicaram, em 20/12/ 1941, um texto intitulado “A Questão Doutrinária”. Nele, apresentaram um histórico do assunto, descreveram a situação presente e fizeram uma exposição de suas idéias. Concluíram dizendo: “*Queremos uma igreja que se preocupe com as realidades espirituais e com a religião prática, e ponha em seu verdadeiro lugar as cousas secundárias:...uma igreja rígida em sua ética, porém larga e tolerante, pronta a fazer justiça às organizações dela separadas...Reconhecemos que estamos distanciados de algumas tradições da IPI do Brasil. Temos nela permanecido até hoje por julgar que também nós temos o direito de divergir e apresentar nosso ponto de vista. A Constituição prevê sua própria reforma e a dos símbolos de fé; e nenhuma reforma se faz, naturalmente, sem que, primeiro, haja franco desacordo com aquilo que se*

---

*vai reformar. Temos, portanto, o direito de ficar para falar*". O texto era assinado pelos Revs. Epaminondas Melo do Amaral, Eduardo Pereira de Magalhães, Lívio Teixeira, Olímpio Batista de Carvalho, Ruy Gutierrez e Thomaz Pinheiro Guimarães.

Com a publicação do texto, ficou aberta a possibilidade de que os presbitérios tomassem medidas contra eles, pois a resolução do Sínodo de 1941 determinara que fossem tomadas medidas punitivas contra aqueles que *"se insurgirem contra estas resoluções, bem como aos que perturbarem a paz, a unidade, a pureza e o progresso da igreja"*.

Os presbitérios começaram a agir contra os integrantes do grupo liberal. O Presbitério Noroeste, em janeiro de 1942, depôs sumariamente do ministério os Revs. Olímpio Batista de Carvalho e Thomaz Pinheiro Guimarães. O Presbitério do Sul nomeou comissão para tratar do assunto com o Rev. Ruy Gutierrez, que renunciou à jurisdição da igreja em fevereiro de 1942. O Presbitério de Leste aprovou proposta para que os Revs. Epaminondas Melo do Amaral, Lívio Teixeira e Eduardo Pereira de Magalhães solicitassem sua exoneração, em janeiro de 1942. Eles renunciaram à autoridade da igreja em 2/2/1942.

Fora da IPI do Brasil, os liberais também se organizaram em igreja. No dia 5 de abril de 1942, foi constituída a Igreja Cristã de São Paulo.

## Conclusão

Com a Questão Doutrinária a IPI do Brasil perdeu membros e ministros da palavra e dos sacramentos. Para a Igreja Conservadora foram os pastores: Bento Ferraz, Francisco Augusto Pereira Júnior, Alfredo Alípio do Vale, Raphael Pages Camacho, João Rodrigues Bicas e Carlos Pacheco. Para a Igreja Cristã de São Paulo foram os Revs. Otoniel Mota, Epaminondas Melo do Amaral, Lívio Teixeira, Eduardo Pereira de Magalhães, Olímpio Batista de Carvalho, Thomaz Pinheiro Guimarães e Ruy Gutierrez. Também para a Igreja Conservadora, a IPI perdeu as igrejas: 2ª IPI de São Paulo, Braúna, Iacanga, Jaú, Pontal, Lauro Penteado (todas no Estado de São Paulo), Estrela do Sul e Pádua Dias (no Estado de Minas Gerais) e Jacarezinho (Estado do Paraná). Indiscutivelmente, foi uma perda enorme, tanto em termos quantitativos como em termos qualitativos.

Por outro lado, com a Questão Doutrinária, a IPI do Brasil com-

---

prometeu a possibilidade de elaborar a sua própria confissão de fé, como tem ocorrido nas mais diversas igrejas reformadas do mundo todo. Até agora, quando se aproxima das celebrações do seu centenário, nos anos iniciais do terceiro milênio, os símbolos de fé oficiais da IPI do Brasil são aqueles que foram preparados pela Assembléia de Westminster, na Inglaterra, no século XVII.

A respeito desse assunto, o mínimo que se pode dizer é que a situação é ambígua. Oficialmente, a Confissão de Fé e os Catecismos Maior e Menor de Westminster são os símbolos de fé adotados pela IPI do Brasil, que os pastores e pastoras, presbíteros e presbíteras, diáconos e diaconisas confessam aceitar e sustentar. Na prática, porém, tais símbolos não são lidos, conhecidos ou estudados.

Ao longo de várias reuniões de seu concílio máximo, a IPI do Brasil tem discutido essa situação. Comissões já foram designadas inúmeras vezes para elaborar novos textos confessionais. Entretanto, nada chegou a ser feito em termos concretos.

Durante o desenrolar da Questão Doutrinária, esse assunto foi amplamente tratado e discutido. Contudo, a IPI do Brasil estava dentro de um verdadeiro vendaval, que a dilacerava internamente. Foi impossível em tais condições levar avante qualquer projeto de elaboração e adoção de novos símbolos de fé.

O resultado acabou sendo trágico. Ao que parece, ficaram comprometidos todos os esforços para que a IPI do Brasil tenha uma confissão de fé bíblica e brasileira, isto é, fiel aos ensinamentos das Escrituras Sagradas e consentânea com a nossa realidade.

Sempre existe o temor de que a discussão de tais temas produzam novas divisões. Por isso, a IPI do Brasil, embora reconheça a necessidade de novos símbolos de fé, o que é comprovado pelas nomeações de comissões para elaborá-los, não consegue avançar nesse sentido e preferir, muitas vezes, fingir que tal problema não existe.

Quando nos preparamos para comemorar o centenário da IPI do Brasil, estamos conscientes da perda de nossa identidade como igreja reformada. Tal identidade está seriamente comprometida. Muitas de nossas igrejas, pastores, oficiais e membros são presbiterianos independentes só nominalmente. O que proclamam, ensinam e vivem, porém, está muito distante daquilo que caracteriza essencialmente o presbiterianismo.

A nosso ver, um dos fatores que mais tem contribuído para essa perda da identidade é exatamente a ambígua situação que vivemos no que diz respeito aos nossos símbolos de fé. Nós os temos e não os temos. Nós os temos em termos oficiais, mas não os temos de fato. E a triste lembrança da Questão Doutrinária tem nos impedido de enfrentar com ousadia e coragem esse assunto tão importante.

Em seu depoimento, que transcrevemos no início deste trabalho, o Rev. Azor Etz Rodrigues afirma que, na Questão Doutrinária, houve algo reconfortante: *“o despertamento do espírito de oração, de que participaram muitos moços, todos interessando-se pela pacificação e unidade da igreja”*. Ele tem toda razão. Na verdade, o despertamento que se seguiu à Questão Doutrinária, foi muito amplo. Especialmente o movimento leigo na IPI do Brasil foi uma espécie de reação importante no sentido de superar a crise, curar as feridas e desenvolver o trabalho denominacional.

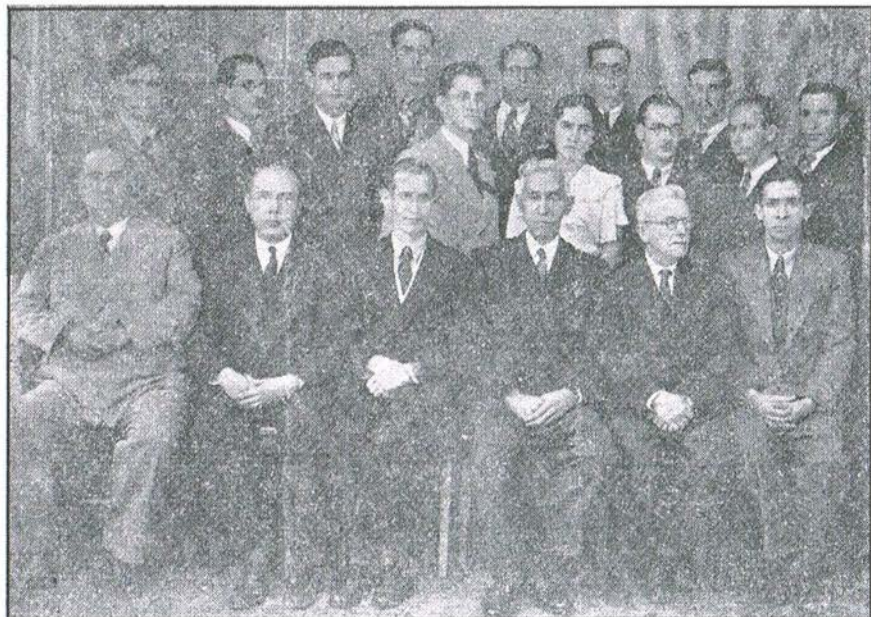
A Questão Doutrinária não liquidou a IPI do Brasil. Sacudiu-a intensamente, trouxe perdas dolorosas, mas não impediu sua caminhada histórica.



*O Rev. Gerson Correia de Lacerda é presidente do Seminário Teológico de São Paulo da IPI do Brasil, editor de O Estandarte e pastor da 1ª IPI de Osasco, SP*



REV. BENTO FERRAZ



**CORPO DOCENTE E DISCENTE DO SEMINÁRIO EM 1935**

*Sentados da esquerda para direita, estão os professores Revs. Otoniel Mota,  
Dr. Seth Ferraz, Henrique Máurer Jr., Alfredo Borges Teixeira,  
Vicente Themudo Lessa e Dr. Lívio Teixeira*



**REV. EPAMINONDAS MELO DO AMARAL**



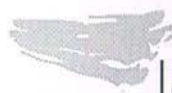
REV. ROLDÃO TRINDADE DE ÁVILA



REV. AZOR ETZ  
RODRIGUES



---



# A Igreja Presbiteriana Independente do Brasil nos anos quarenta

*Rev. Eduardo Galasso Faria*

## As primeiras décadas

Quando o Rev. Eduardo Carlos Pereira voltou do Congresso do Panamá (1916) um novo espírito começava a afetar as igrejas protestantes no Brasil. Pensava-se mais em cooperação sem sectarismo, bem como na necessidade de concentração de esforços para o melhor avanço do trabalho evangélico.

O espírito de cooperação entre as denominações levou à criação de uma Comissão Brasileira de Cooperação (1920) entre diversas igrejas, que se transformou, afinal, na Confederação Evangélica do Brasil, em 1934, da qual o primeiro secretário foi o pastor presbiteriano independente Epaminondas Melo do Amaral, colaborador do Rev. Erasmo Braga, da Igreja Presbiteriana. Com isso, consolidou-se um pouco mais o novo espírito, que se expressava na busca de união entre as igrejas evangélicas, de uma atitude menos polêmica com relação à Igreja Católica e na busca de um testemunho cristão diante dos problemas sociais e políticos do país.

## Eduardo Pereira de Magalhães

O ideal de cooperação levou algumas denominações à consideração do assunto e à tentativa de fazer uma “fusão das denominações brasileiras”.

O Sínodo Independente, embora com cautela, declarou ver “com profunda simpatia o movimento de aproximação, de unificação do protes-

tantismo em todo o mundo”.

Na verdade, tais idéias faziam parte dos ideais da nova geração, a juventude evangélica. Entre seus líderes estava a figura do jovem e dinâmico pastor independente Eduardo Pereira de Magalhães, sobrinho do rev. Otoniel Mota e neto do rev. Eduardo Carlos Pereira, ambos fundadores da IPI do Brasil.

Eduardo Pereira de Magalhães havia participado, em 1932, do 1º. Concílio Internacional da Juventude Evangélica, no Rio, que o entusiasmou e o inspirou no sonho de organizar os moços na IPI do Brasil. Em 1934, ele foi nomeado, pelo Sínodo Independente, para organizar a mocidade, permanecendo como seu secretário até 1941, quando, por ocasião da Crise Doutrinária, foi forçado a se exonerar.

Sob sua liderança inteligente, em 1937, foi organizada a Federação da Mocidade Independente, com 1.500 membros, pertencentes a 53 sociedades.

Eduardo Pereira de Magalhães procurou mostrar os objetivos da missão dos jovens com o seu testemunho diante do mundo. Entre seus livros estão: A Marcha da Mocidade Evangélica (1939), A Mocidade e seus Problemas de Conduta (1940), Reconstrução da Ordem Social (1941).

Escrevendo sobre “A Unidade Cristã” em O Estandarte, ele expunha suas idéias: *“A unidade não anula a diversidade... O grande número de denominações tem sido a fraqueza do protestantismo. A unidade é a força do romanismo e divisão é a fraqueza do protestantismo”*.

## A Federação da Mocidade

A atuação da Federação da Mocidade desenvolveu-se de forma intensa e com crescimento.

Em 1939, o seu Departamento de Missões promoveu uma campanha financeira e, com o resultado, enviou uma missionária – Loide Bonfim - que dedicaria toda sua vida ao serviço entre os índios na Missão Evangélica Caiuá, em Dourados, MT, um trabalho conjunto da IPI do Brasil com a Igreja Presbiteriana.

Em 1941, haviam sido realizados três congressos nacionais.

Em 1942, as sociedades já eram 123, com 4.000 sócios.

---

## A Questão Doutrinária

Eduardo Pereira de Magalhães fez parte de uma nova geração de ministros – uma “elite intelectual” - que defendia idéias teológicas que conflitavam com o conjunto doutrinário aceito pelos demais pastores da denominação.

Do grupo faziam parte pastores professores do Seminário de São Paulo, os Revs. Otoniel Mota (fundador de Betel e da Associação Evangélica Beneficente), Theodoro Henrique Maurer Jr.(da Igreja Cristã Presbiteriana), Lívio Teixeira, Epaminondas Melo do Amaral, Alfredo Borges Teixeira, Jorge Bertolaso Stella e outros pastores como Thomaz Pinheiro Guimarães, Olímpio Batista, Ruy Gutierrez.

Algumas idéias defendidas pelo grupo levaram à Questão Doutrinária. Como resultado, a igreja se dividiu. Em 1940, organizou-se a Igreja Presbiteriana Conservadora e, em 1942, os renovadores ou “liberais” formaram a Igreja Cristã de São Paulo. Diversos pastores deixaram a IPI do Brasil. O Rev. Eduardo Pereira de Magalhães foi um deles.

Em junho de 1941, O Estandarte noticia a saída de Eduardo Pereira de Magalhães da função de relator da Comissão de Educação Religiosa e Atividades Leigas (CERAL) juntamente com Isaac Nicolau Salum e, também, do cargo de secretário executivo da Federação da Mocidade da IPI do Brasil, posto que ocupava desde 1934. Em seguida, vinha a renúncia coletiva da diretoria da Federação da Mocidade.

## Carlos René Egg e a Reconstrução

Ao final de tanta disputa interna, a situação era extremamente difícil e desanimadora. Faltavam pastores para os campos espalhados pelo Brasil.

Era preciso iniciar a tarefa de reconstrução.

O Seminário era um ponto vital a ser reorganizado. Para solução imediata do problema da saída dos professores em 1942, a Mesa Administrativa designou uma nova congregação, que ficou composta pelos Profs. Roldão Trindade Ávila, Adolpho Machado Corrêa e Lauro Cruz. Outros professores auxiliares foram contratados: Júlio Nogueira e Paulo Pernasseti, da Igreja Presbiteriana e do Instituto José Manoel da Conceição (JMC).

Outro setor a ser rearticulado era o da Mocidade. Com a vaga deixada pelo Rev. Eduardo Pereira de Magalhães, foi nomeado para substituí-lo, como secretário executivo, Carlos René Egg e, para a Comissão Executiva da CERAL, Azor Etz Rodrigues (presidente), Sherlock Nogueira e Mário Amaral Novais.

Carlos René Egg haveria de dar muito de seu talento e capacidade para a IPI do Brasil. Ele foi a alma da obra de recuperação da igreja após a crise doutrinária e em toda a década de 40. Em 1943, o Sínodo o nomeou Secretário Executivo de Atividades Leigas (CERAL) e, em 1947, o seu Secretário Geral.

Por outro lado, para compensar o desalento havia uma expectativa de caráter espiritual: o avivamento! Para essa intensa experiência religiosa eram conclamados a mocidades e outros setores da igreja, como O Estandarte, Betel, Senhoras, *“em uma bendita onda de animação, coragem, espiritualidade e poderoso despertamento... Fogo, fogo é realmente o de que temos necessidade absoluta... para destruir as mortíferas baterias do fogo e do inferno... uma guerra relâmpago (blietzkrieg evangélica) contra as forças do Diabo!”*

Também a liturgia, marcada pelo formalismo religioso, com *“templos com impressão de cemitérios, devia ser renovada e ser como na antiga igreja de Antioquia da Síria. Vibração, entusiasmo, paixão missionária, fortíssima presença do Espírito”* (Azor Etz Rodrigues).

Na busca de novos caminhos, firmava-se a esperança de que um avivamento tomasse conta da igreja e que isso se desse juntamente com a afirmação dos princípios doutrinários da ortodoxia calvinista.

No começo da crise doutrinária, o Sínodo Independente havia aprovado a proposta de se fazer a reforma da Confissão de Fé. A idéia era adaptá-la aos novos tempos por meio de uma nova linguagem e algumas reformulações doutrinárias. Mas o Sínodo recuou. Em 1943, ano em que comemorava os 300 anos da instalação da Assembléia de Westminster, a cada mês, O Estandarte publicava, da lavra do Rev. Azor, um extenso artigo sobre a importância da memorável Assembléia que devia ser melhor conhecida. Lembrava também como os teólogos reunidos em Londres, ao iniciarem o seu labor, separaram tempo para jejuar e orar.

Na Secretaria de Senhoras começava a atuar uma jovem nordestina, que também daria muito do seu trabalho para a IPI do Brasil:

Cesarina Xavier Pinto. Tendo estudado no Seminário de São Paulo, ela era a primeira mulher a se formar em um curso de teologia na América Latina. Escrevendo na página das Senhoras de O Estandarte, em nome Federação, falava da necessidade de se buscar um despertamento espiritual e de um programa a ser seguido pelas sociedades: estudo da Bíblia, reuniões de oração, visitas a enfermos e presos, abstenção de se comprar coisas dispensáveis (muita sobremesa, adornos, diversões), reunião de oração em favor da paz (em tempo de guerra), reuniões de reconciliação, oferta para Betel.

## A Escola Missionária de Assis

A origem desta escola está ligada à IPI de Assis, SP, e seu pastor, Rev. Azor Etz Rodrigues. A sua encampação pela Igreja Nacional (CERAL) ocorreu em março de 1941, após a I Convenção da Mocidade do Presbitério da Sorocabana, realizada em 1940.

Pensava-se em uma instituição que tivesse como objetivo preparar principalmente moças sem muita condição financeira, que pudessem se dedicar ao trabalho missionário. Seu diretor foi o Rev. Azor e a diretora interna, a bacharel em teologia Cesarina Xavier Pinto.

Era *“um curso missionário mais rápido, a fim de atender às crescentes necessidades dos campos”* que tinham carência de pastores. Seus alunos internos trabalhavam de dia e estudavam à noite, acomodados em duas casas alugadas. Funcionando em situação muito precária, dependendo financeiramente das contribuições das igrejas, contava com o apoio da Federação de Senhoras.

Em 1942, pretendia alcançar *“o milagre da síntese de um curso missionário, prático, em uma semana, para congregar jovens irmãos, futuros pregadores leigos, para receberem o essencial e mais interessante de várias matérias indispensáveis”*, como disse o Rev. Azor. Em busca de uma vivência espiritual intensa, as atividades eram iniciadas às 5h30 da manhã, com a hora de oração, *“fonte de poder para qualquer pessoa que se dedica a salvar almas”*. Além das aulas normais, havia cursos de bordado, pintura, costura, etc.

O curso prosseguia com dificuldades. A sustentação era difícil e poucos os alunos. Na igreja, alguns questionavam sua existência: por que a Escola Missionária, se havia o Seminário?

No ano de 1944, Cesarina, que era diretora e professora, acumu-

---

lando trabalhos na Federação de Senhoras, optou por esta, deixando a Escola e sendo substituída pelo Presb. Mário Amaral Novais, que era professor no Ginásio Municipal da cidade de Assis. O novo diretor, percebendo as fragilidades da Escola, entra com o *“firme propósito de fazer o seu programa corresponder ao programa oficial dos ginásios em São Paulo”*.

Em 1946, já funcionavam as quatro séries ginasiais. Nesse ano, as matérias religiosas no currículo eram: homilética, hermenêutica, geografia bíblica, história bíblica, educação religiosa. Havia um curso rápido para pregadores leigos, com homilética e português.

Entre os alunos que por lá passaram estiveram João de Godoy, Gerson Pires de Camargo, Júlio Nogueira, José Ferreira Filho, Gerson Morais, Jonas Nogueira, Silas Ferreira da Silva, Alcides Correia de Morais e José Coelho Ferraz.

Em 1947, o Presb. Mário Amaral Novais se demitiu e, um ano depois (janeiro de 1948), foram encerradas as atividades da escola que formou cerca de 50 pessoas. Na verdade, a Escola Missionária havia se fortalecido com a crise doutrinária, quando a igreja perdeu, com a divisão, diversos pastores e igrejas. Nela buscava-se o reavivamento espiritual como meio de superar as dificuldades da igreja e de dar-lhe um novo rumo. Ela foi também um centro irradiador do avivamento na IPI do Brasil. Além disso, ela favoreceu e estimulou o trabalho leigo, como forma imediata de recuperar as perdas que a igreja havia sofrido.

## Os Provisionados

Para suprir as dificuldades com a falta de obreiros, o trabalho leigo vinha sendo experimentado com a atuação dos provisionados (obreiros que ficavam à frente da igreja, mas dependiam da assistência de um ministro para presidir o conselho e celebrar atos pastorais), que passou a ser incentivada.

Os campos em geral eram enormes e os poucos pastores, sobrecarregados. O Rev. Ruy Anacleto, por exemplo, residia em Bebedouro, SP, e o seu vasto campo ia da região de Votuporanga, no Estado de São Paulo, até Goiás (Campeira), atravessando o Estado de Minas, em viagens que chegavam a durar meses, sendo grande parte do percurso feita a cavalo.

---

O moto escolhido pelo Sínodo, em 1943, está ligado a essa situação: *“Rogai ao Senhor da seara que envie mais trabalhadores para a sua seara”*.

De Londrina, o Rev. Jonas Dias Martins, em 1946, escrevia para O Estandarte defendendo a ordenação de leigos: *“Muitos pastores não tinham tempo sequer para preparar o sermão. A solução era abrir uma exceção... Um leigo crente, experimentado, vocacionado, com certa prática, pode realizar uma grande obra. Pode, portanto, ser ordenado para certas igrejas em certos lugares”*.

Em 1946, os presbitérios mostravam grande interesse em aproveitar os leigos e vários deles foram provisionados: Ryoshi Iizuka, Adiel de Figueiredo, Jonan Cruz e João de Godoy. Muitos deles acabaram sendo ordenados sem o curso de teologia. Ao serem aceitos pelas suas qualidades cristãs e dedicação pessoal à obra, eles acabaram vencendo boa parte do preconceito contra os que não possuíam formação em seminário. Respeitados pelo seu trabalho, eles fizeram com que a IPI do Brasil se abrisse para o trabalho leigo.

É interessante que Carlos René Egg não precisou se tornar pastor para realizar o que realizou. Por outro lado, isso também ajudou a impedir que a IPI do Brasil fosse dominada pelo clericalismo.

## A CERAL

A década de 40 tem sido intitulada apropriadamente como a Década do Trabalho Leigo na IPI do Brasil.

Com a CERAL (Comissão de Educação Religiosa e Atividades Leigas), os trabalhos nas diversas áreas se multiplicavam e despertavam o entusiasmo da igreja.

Sua origem está ligada à Federação da Mocidade. Tudo se iniciou com os planos do Rev. Eduardo Pereira de Magalhães, que foi nomeado pelo Sínodo em 1934 para promover a fundação de sociedades de jovens em todas as igrejas e congregações. Com a sua saída, em 1941, ele foi substituído por Carlos René Egg no cargo de secretário executivo da mocidade e presidente da Comissão de Atividades Leigas. Seu objetivo tornou-se *“o despertamento e organização de todas as forças leigas da igreja”*. Os resultados do seu trabalho, especialmente entre os moços e as senhoras, logo se manifestaram com dados estatísticos im-

---

pressionantes. Em pouco tempo, ela se tornou a marca do trabalho independente, promovendo uma grande transformação na igreja nacional.

Os trabalhos dessa entidade foram se ampliando e diversificando. Em 1944, foi criada a Livraria Independente sob a responsabilidade do secretário executivo, tendo como gerente José Orteni. Um ano depois, ela já havia publicado 4 livros, tendo inúmeros agentes espalhados pelo país, inclusive em outras igrejas irmãs. Em 1946, foi criada a Secretaria da Federação de Escolas Dominicais, com um Curso de Preparação de Professores e Oficiais da Escola Dominical, por correspondência. Era uma forma de compensar a falta de pessoal nos campo.

Era notável o espaço que a CERAL vinha ocupando paulatinamente na estrutura da IPI do Brasil. No ano de 1947, Carlos René Egg passou a ser o seu secretário geral. Sua equipe era formada por Marta Faustini, Cesarina Xavier, Odete Corrêa Coutinho, Hilda Rabello, Elza Barbosa Adolfo. Mas mudanças logo ocorreram nessa equipe: em janeiro de 1948, foi concedida demissão para Odete Coutinho e, em seguida, para Cesarina Xavier. Mesmo assim, nesse ano ainda foi organizada a Federação dos Varonis e a Federação de Senhoras. Esta contava com 147 sociedades ativas e 4.000 sócias arroladas.

## Ataques à CERAL

No final da década, entretanto, começavam a surgir os primeiros sinais de descontentamento com a CERAL. Diante dos olhos e do coração da igreja estavam os trabalhos da CERAL, com o desenvolvimento dos departamentos, os 52 congressos e convenções realizados em 9 anos, a propaganda da IPI feita em todo o Brasil, os serviços prestados à Faculdade de Teologia, a O Estandarte, a Caravana do Norte, a Livraria Independente, a Imprensa Independente.

O problema aparecia com irmãos que estavam *“impressionados com o vulto das despesas da CERAL, considerando este fato como uma explicação para as dificuldades financeiras da igreja”*. Outros achavam que, em sua atuação, ela prejudicava a autonomia dos conselhos das igrejas locais.

Não faltava defesa para o trabalho da CERAL, principalmente por parte dos “crentes do interior”. Além disso, a CERAL manifestava muito fôlego ainda. Em julho de 1949, ela lançou a revista oficial



---

de atividades leigas da IPI – *Reforma*. Tratava-se de uma publicação mensal com 32 páginas, diversos colaboradores e desenhistas. Seria uma revista popular, com orientação para diversas atividades, com tiragem inicial de 2.000 exemplares.

Em 1950, Carlos René Egg renunciou e assumiu, como secretário executivo, José Ferreira Filho, que havia vindo do nordeste em 1943 através do trabalho realizado pela própria CERAL. Nesse ano, a IPI do Brasil contava com 170 igrejas, além de congregações, e mais de 20.000 comungantes.

## Imprensa Independente

Em abril de 1945, ainda com Carlos René Egg, a CERAL iniciou a Campanha Pró-Imprensa Independente, aprovada por unanimidade no Sínodo. Para a aquisição do capital foram vendidas quotas nas igrejas e a própria Igreja Nacional teria uma grande participação.

Em julho de 1949, inaugurava-se no bairro da Água Rasa, em S. Paulo, a oficina da Imprensa Independente.

O sonho era grande e belo, mas acabou se esboroando, prejudicado pelas dívidas e outras dificuldades administrativas, o que trouxe desgaste para a CERAL e seu secretário.

Em setembro, começaram a aparecer no jornal da igreja os problemas (“grandes dívidas para saldar”) e foi instituída, então, uma coleta a ser levantada em 16 de outubro, Dia da CERAL.

## A Caravana do Norte - 1944

Em 1943, a CERAL começou a pensar na possibilidade de promover uma integração maior com as igrejas distantes do norte. As dificuldades de comunicação e outros problemas de integração criaram a necessidade de se levar às igrejas do norte o abraço dos irmãos do sul. A falta de recursos materiais e obreiros fazia com que essas igrejas ficassem praticamente isoladas e em condições precárias. O trabalho independente no norte ia do estado de Sergipe ao Pará e estava sendo atendido por apenas 4 pastores, sendo um deles jubilado. O Rev. Severino Alves de Lima precisava de seis meses para visitar todo o seu campo. Saía de São Luis do Maranhão, onde residia, e percorria três estados para alcançar Fortaleza.

A CERAL pensou, então, em organizar um trabalho mais completo, com uma visita a todas as igrejas do norte. Aos poucos foi se organizando uma Caravana. A intenção era também *“conhecer de perto as necessidades e realizações das igrejas nortistas”*.

Uma campanha foi feita com a confecção de vinte mil selos comemorativos para serem vendidos nas Umpis. O aplauso à iniciativa se manifestava pelas inúmeras cartas recebidas dos irmãos do norte.

Em 16 de fevereiro de 1944, a Caravana do Norte partia para enfrentar as *“dificuldades de transportes e incertezas decorrentes do estado de guerra”*. Seriam 60 dias, que precisaram ser estendidos. Os componentes ficaram reduzidos a apenas 3: os bacharéis em teologia Francisco Guedelha e Ruy Ancaeto, e o secretário executivo da CERAL, Carlos René Egg. O resultado: dezenas de pregações, palestras, aulas de escola dominical, visitas e confraternização.

O retorno a São Paulo ocorreu em 24 de maio. Foram visitados os estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Pará. Em 96 dias foram percorridos 10.605 kms.

## Movimento leigo e reavivamento

Durante toda a década de 40, o tema do reavivamento esteve presente em O Estandarte.

Em 1943, com a comemoração dos quarenta anos da igreja, o lema proposto pela CERAL para todo presbiteriano independente foi: *“Conhece a Tua Igreja*. Em julho, a cada domingo, estaria em foco uma organização: Federação de Senhoras, Orfanato Betel, Federação das Escolas Dominicais, O Estandarte, Seminário, Ministros Jubilados, Sínodo, Presbitérios. Na celebração, a igreja deveria lembrar sua emancipação eclesiástica e se fixar nos nobres ideais de um verdadeiro reavivamento espiritual. Um novo pentecostes deveria ser o clamor uníssono da IPI do Brasil.

É necessário esclarecer o caráter do avivamento que se pretendia alcançar. Para muitos, ele quase nada tinha a ver com o pentecostismo. A própria Cesarina Xavier Pinto fez *“Alguns Reparos”*, em O Estandarte de 30/11/1947, com relação a essa questão. Disse ela: *“Visto como estamos todos interessados numa Grande Campanha Avivacionista no Brasil, é necessário muito cuidado quanto à doutrina do Espírito Santo.*

---

*...É necessário que os estudos e a doutrinação sobre Ele sejam segundo as Escrituras. E não por meio de fanatismo ou erros doutrinários, o que irá sacrificar e retardar o próprio avivamento.... Um crente esclarecido não pode pedir a Deus o batismo do Espírito Santo. Tal pedido revela ignorância ou incredulidade”.*

Entretanto, surgiram desentendimentos entre Cesarina e o secretário executivo da CERAL. Ademais, do norte vinham denúncias de grupos conservadores evangélicos contra o tipo de trabalho que ela estava desenvolvendo. Isso fez com que ela fosse dispensada pela CERAL, no início de 1948.

A CERAL também foi convidada a liderar uma grande campanha da Igreja Nacional, que se empenhava na necessidade da igreja se avivar. Em 1948, René, após o êxito do IV Congresso Nacional do Umpismo e como novo secretário executivo da CERAL, a pedido do presidente do Sínodo, apresentou um plano para a IPI do Brasil participar de um movimento nacional de Avivamento e Evangelização do Brasil, sob a liderança dos leigos. A Grande Campanha foi iniciada e deveria se estender por dois anos, tendo como alvo 10.000 almas, cada pessoa ganhando mais uma para Cristo.

Para o secretário, naquele 31 de julho, os pregadores deveriam enfatizar *“o testemunho anti-maçônico da igreja, destacando a nossa responsabilidade como evangelizadores”*. E usava uma linguagem bem moderna. Falava na necessidade da mudança de métodos para evangelizar e de modernização para sair da rotina.

No final da década de 40, houve uma total transformação nos quadros da CERAL, que desfez a equipe que por quase dez anos norteava com tanta sabedoria os rumos da igreja, fazendo-a reencontrar a alegria do progresso na caminhada. Odete Corrêa e Cesarina Xavier foram dispensadas em 1948. A secretária da Mocidade e tesoureira da CERAL, Marta Faustini, e o próprio René saíram em 1950. Este passou a ser o responsável por Betel, em um trabalho a que se dedicou até a década de 60. Outras mudanças estavam acontecendo também. O Sínodo de 1949 decidiu que seria aplicado um plano de reorganização dos presbitérios. E, em 1950, iniciou-se a campanha pró-reforma do edifício da Faculdade de Teologia, na rua Visconde de Ouro Preto.

---

## A obra educativa

No final da década de 40, prosseguia em O Estandarte a insistência na necessidade do avivamento. Escritos vários e editoriais continuavam a mostrar o anseio de muitos na igreja por uma renovação espiritual.

O elemento denominacional da igreja também era lembrado. Para o Rev. Azor, a maçonaria não havia desaparecido com seu poder de prejudicar a causa do evangelho.

Para Carlos René Egg, as motivações centrais da IPI do Brasil eram a nacionalização da igreja e as palavras do Rev. Eduardo C. Pereira deviam ser sempre lembradas: *“A maçonaria na igreja é uma bofetada pública na face ensangüentada do Filho de Deus.”*

Bem antes, já em 1944, muitos notavam sinais de otimismo e retomada do caminhar da igreja.

A obra educativa também era lembrada como uma possibilidade para a igreja e em torno dela houve algum debate em O Estandarte. Se, por um lado, alguns falavam na criação de um Instituto Independente (Antonio C.R.Alvarenga), outros viam esse empreendimento com desconfiança. Para o veterano Rev. Francisco Lotufo, a igreja precisava cuidar de evangelizar o Brasil: *“A obra educativa não é realizável como desejam alguns dos nossos homens”*. Para o Rev. Orlando Ferraz, *“criar escolas ou universidades, mesmo com orientação religiosa para a obra de educação em geral, escapa, sem dúvida, à sua divina finalidade”* (30/11/1944). Seu pensamento estava voltado muito mais para se organizar um Colégio Rural Evangélico, com a finalidade de preparar diáconos para a igreja. Em 30/4/1944, Alvarenga conclamava para que se fosse rumo a Sorocaba, para na Chácara de Betel, que acabara de ser adquirida, a fim de se instalar uma “futura cidade independente” universitária. Assim, a Faculdade Teológica poderia terminar a sua peregrinação.

## Outros problemas

A CERAL prosseguia e dava uma estrutura que modernizava o trabalho leigo, tornando-se uma espécie de “locomotiva” da IPI do Brasil. O Umpismo mobilizou a igreja e alcançou igrejas irmãs. Realizou congressos nacionais, regionais, convenções locais e mirins. Problemas com a mocidade, no entanto, existiam. Um deles referia-se ao

---

baile, assunto de que o secretário executivo da CERAL, René Egg, tratou a fim de orientar os moços. Para ele, o baile era uma idéia perniciososa que podia prejudicar a vida espiritual dos jovens. Com relação ao cinema, outros escreviam: *“O cinema foi criado com fins educativos, mas degenerou-se e tem arruinado profundamente o patrimônio moral da nossa sociedade”*.

Por outro lado, um apanhado sobre o biênio 1945-46 mostra os muitos progressos da igreja. Entre maiores e menores, a igreja contava com 29.302 membros. Doze novas igrejas haviam sido organizadas, o plano da Imprensa Independente havia sido aprovado e outros fatos eram positivos: o esforço para a igreja saldar as dívidas com o seu ministério (campanha da redenção) nos difíceis anos de 1932-40, a questão da centralização das instituições, a reforma dos seus estatutos, a venda da fazenda Betel e a compra de uma chácara em Sorocaba, as vendas da Livraria Independente, o aumento das assinaturas de O Estandarte (de 1.800, em 1940, para 4.000, em 1946).

Fato auspicioso foi a realização do II Congresso da Mocidade Evangélica, promovido pela Confederação Evangélica do Brasil em São Paulo. Dele participaram cerca de 300 moços de todo o Brasil (64 independentes), de diversas denominações. Os temas abordados tratavam da juventude livre dos vícios, da liberdade de consciência e da unidade cristã. Para a CERAL, o encontro representou “uma nova fase” para a mocidade evangélica brasileira.

## IV Congresso Nacional 1947

Ainda empolgados com os resultados do II Congresso (interdenominacional), a Mocidade Independente resolveu promover o seu IV Congresso Nacional, em julho de 1947, no Instituto Mackenzie, em São Paulo.

Foi outro evento marcante em sua caminhada! Desde a crise doutrinária, já tinham se passado sete anos sem que um encontro de caráter nacional fosse realizado. Na verdade, foi um congresso que repercutiu na vida da igreja.

A nova diretoria eleita tinha como presidente o Presb. Mário Amaral Novaes, da IPI de Assis, SP. Com a posse da nova mesa, cantou-se pela primeira vez o hino oficial da CERAL e do Congresso – “O Brasil para Cristo”. Compareceram 295 delegados, além dos inúmeros

---

visitantes.

Alguns destaques são evidentes nos relatos de *O Estandarte*. O dia começava com a “hora devocional”. O encarregado desse trabalho era o presidente, Prof. Mário, “que ensinava alguns corinhos e, logo após, estávamos todos esquecidos das cousas terrenas” para acompanhar sua meditação sobre “As fontes para se obter o poder de Deus”. “Todo o êxito do congresso estava nessa hora e meia passada em comunhão com Deus... orações confissões e lágrimas...” Os temas também empolgaram. Tratavam da mocidade e a alfabetização do Brasil, da questão sexual, vocação, casamento, recreação, maior aproveitamento dos leigos e da “Questão Maçônica como problema atual da Igreja Cristã”. Esta última tese despertou tanto interesse no auditório que a palestra seguinte teve de ser adiada.

A mensagem de encerramento pronunciada pelo presidente do Sínodo, Rev. Antonio Correa Rangel Alvarenga, relembra o papel do Rev. Eduardo Carlos Pereira e a questão da passagem do bastão da liderança que, com a sua morte, começou a se subdividir, mas que, naquele momento, estava com “destacados leigos”, entre os quais, Mário Amaral Novais e Carlos René Egg.

No quadro geral da igreja brasileira, em 1946, John Mackay visitou o Brasil e, em 1949, os evangélicos receberam, com patrocínio da Confederação Evangélica do Brasil, a visita do pastor Marc Boegner, presidente da Igreja Reformada Francesa e vice-presidente do Conselho Mundial de Igrejas. Esteve também no Brasil Carl McIntire, iniciando sua luta contra o movimento ecumênico e buscando adeptos. Nesse ano aconteceu também a Conferência Evangélica Latino-Americana, em Buenos Aires. Nela, o secretário geral da Confederação Evangélica do Brasil tratou do tema: “Estratégia Fundamental do Protestantismo na América Latina”.

## A política

A história brasileira nas décadas do pós-guerra indicam a situação do povo brasileiro, com a qual a igreja conviveu, refletindo de alguma forma suas expectativas e decepções. Melhorias haviam sido conquistadas por parte dos trabalhadores e, com a legislação trabalhista, a classe operária manifestava elevado nível de reivindicações. Também a classe média, através de revoltas, manifestava o seu descontentamento.

A situação do povo, no entanto, continuava difícil com o aumento do contingente dos desempregados, que viviam precariamente nos centros urbanos, sem escola, moradia ou assistência médica. Em tal situação, movimentos como o fascismo ou o comunismo, alimentavam forte tensão social nas classes populares.

O final da Segunda Guerra e a queda de Getúlio apontaram para o final do Estado Novo (1937-1945) e uma possível mudança da situação política brasileira. Em março de 1945, O Estandarte apresentava na página de frente a palavra do Rev. Orlando Ferraz sobre “O Momento Político”. Para ele, com a promessa de eleições livres, os líderes da obra evangélica no Brasil deviam aconselhar os crentes a ter atitude moderada, com juízos desapaixonados. As autoridades deviam merecer a simpatia e colaboração *“mesmo que exorbitassem em suas atribuições ou errassem (o que é humano). Maiores benefícios virão de atitudes respeitadas.... A missão da igreja é exclusivamente moral e espiritual, e não lhe compete imiscuir-se em assuntos políticos”*. Era uma posição de equidistância e a igreja devia ter sempre um ponto de vista elevado. *“A igreja que desce à arena das competições partidárias amesquinha-se e desprestigia-se...”*

Pronunciamentos semelhantes eram feitos pela Confederação Evangélica do Brasil. Na sua “Proclamação de Princípios Evangélicos”, a recomendação era para que os membros das igrejas se abstivessem de *“qualquer atuação política que envolva a responsabilidade da igreja, pois esta não tem como missão senão formar o caráter dos seus membros,”* o que não impedia que se apresentassem como candidatos, desde que não responsabilizassem a igreja pelos seus programas e que estes não estivessem em contradição com os princípios do evangelho. Mas todos deviam se sentir obrigados a lutar por leis que melhorassem as condições dos trabalhadores, buscassem a educação do povo etc.

Para as eleições de janeiro de 1947, a recomendação de O Estandarte era de que *“o eleitorado evangélico devia apoiar decididamente os candidatos legitimamente evangélicos”*.

## Conclusão

A mobilização dos leigos foi de fundamental importância na IPI do Brasil, diante da difícil situação criada com a crise doutrinária e suas conseqüências. Com a perda de diversas igrejas e pastores, paira-

---

va sobre o trabalho independente uma séria ameaça quanto à sua própria sobrevivência. A arregimentação da mocidade e dos leigos em geral, iniciada pelo Rev. Eduardo Pereira de Magalhães e ampliada intensamente por Carlos René Egg, foi providencial para o prosseguimento da obra da IPI do Brasil, garantindo-lhe as condições de sobreviver à crise, bem como de superar as dificuldades e prosseguir.

Em tal situação, o povo das igrejas foi conclamado para lutar sob diversas bandeiras salvadoras. Parece claro que a camada social da qual a igreja mais se beneficiou e com que mais se identificou, na década de 40, foi a população de origem rural. As qualidades de um crente verdadeiro estavam associadas às do camponês (caboclo) que, aliás, se aproximavam de alguns traços do caráter calvinista: além de falar pouco e ser cauteloso no trato com o próximo, era sincero, simples e confiável. E também mais dócil.

No entanto, não se pode esquecer que o momento histórico vivido pelo país empurrava as populações rurais em direção à cidade. Acompanhando esse movimento, no período que antecedeu a crise doutrinária (década de 30), os pastores à frente da igreja apontavam justamente na direção das cidades e da problemática de sua população, com outras bandeiras como o unionismo, a cooperação entre as diversas igrejas evangélicas, o testemunho cristão na sociedade e na política. A própria igreja caminhava nessa direção, como se pode perceber na decisão tomada pelo Sínodo em 1934, pela ordenação das mulheres ao diaconato. Isso não era apenas um pioneirismo dentro da igreja evangélica no Brasil e provavelmente na América Latina. Tal ocorrência mostra um alinhamento atento à modernização do país com a Constituição brasileira de 1934, que, junto com o voto secreto, concedeu à mulher o direito de votar. Indo contra as superstições populares e na direção de uma certa secularização, a liderança da igreja na década de 30 assumia posturas que muito pouco sentido teriam para população do campo, que foi mais contemplada pelos líderes leigos da década de 40 e sua mensagem.

A conclusão tradicionalmente aceita de que a atuação da CERAL nessa década salvou a igreja da derrocada é verdadeira, mas levanta algumas questões. Parece não haver dúvidas de que a nova ênfase do grupo dirigente fez com que a igreja se voltasse para o campo como uma prioridade e refúgio. Os líderes da década de 40 talvez não tenham che-



---

gado a perceber que a mensagem do evangelho ficara por demais reduzida em seu alcance.

Firmada na estabilidade da classe média e no maior conservadorismo das populações interioranas, a igreja se consolidou sem avançar no sentido de ter uma palavra para os inconformados e o operariado, que se encontravam nas ruas em luta e que precisavam ser alcançados pela obra evangelizadora, com uma mensagem mais condizente com a sua situação. Também deixou de se direcionar com relação aos problemas sociais e políticos do país.

Com relação ao avivamento, tão buscado nessa década, observa-se coisas interessantes. Uma delas é que estando esse movimento ligado aos leigos, na IPI do Brasil, ele praticamente conseguiu apoio por parte dos pastores. Seria pelo temor de novas divisões? Seria pelo número pequeno dos pastores formados e a presença dos provisionados, sem muito preparo? Seria por uma formação teológica deficiente? Ou seria um certo traço não clerical que já se manifestava no ministério independente?

É provável que esses motivos todos se juntem como explicação. De qualquer forma, com exceção de algumas vozes, que se levantavam contra um avivamento que extrapolava os limites puritanos, boa parte dos pastores o aceitaram e incentivaram, tratando com tolerância os seus adeptos.

Isso mudou na década de 50, por causa da dura experiência de nova divisão na igreja frente ao pentecostalismo, mas prevaleceu nos anos 40. Não se confirmou nos anos 70, mas se fortaleceu nos anos 90. Ainda hoje, com suas muitas variantes, o pentecostalismo, com seu misticismo e suas incursões naturais pelo terreno das emoções humanas, pela sua persistência, mantém o desafio para novos questionamentos e compreensões, uma vez que não é possível simplesmente ignorá-lo.



*O Rev. Eduardo Galasso Farias é professor do Seminário  
Teológico de São Paulo da IPI do Brasil*

4º CONGRESSO NACIONAL DO UMPISMO, DE 15  
 A 20/7/1947, NO MACKENZIE, EM SÃO PAULO:  
 Eduardo Carlos Perreira Nogueira, Wáldir Matos  
 Magno, Mário Amaral Novais, Mário de Abreu  
 Alvarenga, Josué Pacheco de Lima (sentados), Hilda  
 Rabello, Cesarina Xavier Pinto, Carlos René Egg,  
 Odete Corrêa Coutinho e Martha Faustini (em pé, da  
 esq. para a dir.).



CONGRESSO DA MOCIDADE DO  
PRESBITÉRIO DA SOROCABANA, EM  
ASSIS, DE 1º A 6/12/1942:

*Carlos René Egg e Rev. Jonas Dias  
Martins (1º e 2º à esq. sentados); Mário  
Amaral Novais e Rev. Sherlock Nogueira  
(com o dístico da UMPI); e Rev. Azor Etz  
Rodrigues (2º da dir. para a esq.  
sentado).*

"EIS-ME AQUI, ENVIA-ME A MIM"  
ISA. 6:8

Mocidade do Presbiterio da Sorocabana  
Assise 1 a 6 de Dezembro de 1942





# A IPI do Brasil e o pentecostalismo na década de 50

*Rev. Éber Ferreira Silveira Lima*

A história do presbiterianismo brasileiro é ainda em boa parte desconhecida da comunidade evangélica. Isso é grave. Neste texto pretendemos estudar a história do movimento da cura divina, na IPI do Cambuci, em São Paulo, no ano de 1953. Ao resgatar essa página importante da vida da igreja, procuraremos entender algo da força do movimento pentecostal no Brasil, bem como da fragilidade das denominações históricas nesse período.

## O avivamento espiritual e os avivalistas estrangeiros, no princípio dos anos 50

As páginas de *O Estandarte*, nos anos de 1951 e 1952, estão recheadas de expressões como “avivamento”, “reavivamento”, “poder do Espírito Santo”, “santificação”, “últimos dias”, “campanhas de evangelização”. O grande anelo daqueles dias era por um grande avivamento espiritual.

Acabara, há pouco, a Segunda Guerra Mundial. As forças aliadas, comandadas pelos Estados Unidos da América, tinham triunfado. O mundo aliado estava cheio de propaganda norte-americana. Talvez em nenhum tempo tenham os Estados Unidos alcançado tamanha respeitabilidade no mundo ocidental.

O mesmo acontecia no meio protestante, com a aceitação pelas denominações evangélicas brasileiras de temas importados trazidos por missionários norte-americanos. Um exemplo disso era o “Acampamento de Avivamento Missionário Indenominacional e com Visão Mundial”, patrocinado pelo Rev. Carl W. Cooper, realizado em sua

---

propriedade, em Suzano, SP. Houve uma larga divulgação desse acampamento, nas páginas de *O Estandarte*, em 1951, 1952 e 1953. Cooper era um legítimo representante de toda uma geração de missionários, especialmente norte-americanos, que vieram para o Brasil nas décadas de 40 e 50, para estabelecer os primeiros trabalhos de organizações para-eclesiásticas.

Tais organizações vinham atuar especialmente entre os moços das igrejas evangélicas. Traziam novidades na metodologia de trabalho, no que se destacavam as técnicas de acampamentos.

Há pistas suficientes para descobrirmos como esse movimento alcançou o Brasil. O Rev. Walter Ermel, reitor da Faculdade de Teologia da IPI do Brasil, em São Paulo, escreveu uma espécie de história do reavivamento no século XX. Começando pelo reavivamento de Gales (1904), com Evan Roberts, e passando pelo Dr. George Ridout, que esteve no Brasil em 1932 e 1940, pregando em muitas igrejas presbiterianas independentes, Ermel chega ao ano de 1951, o da vinda de J. Edwin Orr. Este irlandês chegou a fazer várias palestras, a convite do reitor, na Faculdade de Teologia, visitando também várias igrejas. Retornando ao Brasil, em 1952, a convite da Comissão do Centenário da Igreja Presbiteriana, ficou por aqui quase dez meses, participando de campanhas avivalistas pelo Brasil inteiro e servindo várias denominações. Com ele, veio o Dr. William Dunlap, do Presbitério de Chicago. Donald Phillips, ligado à “Mocidade para Cristo”, entidade para-eclesiástica norte-americana, residente em Campinas, bem como o Dr. Carl Hahn, morador na mesma cidade, foram auxiliares de Orr em suas campanhas. Outros evangelistas itinerantes por aqui passaram: Dawson Trotman, Clay Taylor, John Savage, Roberto Savage, Jack Vaughn, Harold Reimer, Frank Cummings, todos eles nos primeiros anos da década de 50.

Um verdadeiro batalhão de norte-americanos e britânicos, uma lista enorme de nomes estrangeiros, citados a toda hora nos números de *O Estandarte*, que evidenciavam um detalhe: o avivamento era entendido como algo que outras nações já tinham experimentado, que vinha de fora, e que precisava ser recebido sem reservas pelo protestantismo nacional subdesenvolvido.

Adolpho Machado Corrêa, na época professor da Faculdade de Teologia, escreveu na primeira página de “*O Estandarte*” (15/6/52), arti-

---

go intitulado “O Avivamento e Suas Bênçãos”, no qual dizia, textualmente: “... *Não podemos resistir à onda avassaladora, poderosa, do derramamento do Espírito Santo, que percorre o mundo, que já se manifestou na Inglaterra, nos Estados Unidos, em outros países, e agora chegou à nossa pátria...*”.

Entre todos os avivalistas, parece que Orr, Dunlap, Hahn e Phillips foram os principais na sustentação de tal movimento no Brasil. Afora Orr, que fora recebido oficialmente pela IPI, a convite da Mesa Administrativa, para campanhas de avivamento espiritual, o mais requisitado era Don Phillips. Foi o único dos missionários a ser convidado especialmente por O Estandarte para escrever um artigo sobre reavivamento. Participou de várias campanhas de despertamento em IPIs, das quais se destaca sua participação no Congresso da Mocidade, em Londrina, PR, de 15 a 19 de agosto de 1952, no templo da 1ª IPI local. Don Phillips foi o preletor principal, falando sobre o tema do Congresso: “Mocidade Reavivada, Cristianismo Dinâmico”. Coincidência ou não, a bandeira norte-americana, ao lado da brasileira, adornou o templo, logo abaixo do púlpito, durante o Congresso... Phillips chegou a ser recebido como membro visitante, na reunião do Presbitério de São Paulo da IPI do Brasil.

É evidente que tal movimento avivalista não era pentecostal. Todos os avivalistas eram ligados à ortodoxia teológica norte-americana e européia. Machado Corrêa chegou a caracterizar a mensagem dos quatro principais avivalistas estrangeiros nos seguintes pontos: 1) apego à oração; 2) apego à Bíblia; 3) importância às doutrinas bíblicas; 4) orientação no sentido de que fossem evitadas emoções doentias e manifestações descontroladas; 5) plenitude do Espírito Santo na vida do cristão; 6) ódio ao pecado. Estão presentes nessa descrição as ênfases da teologia conservadora: zelo doutrinário e espiritualidade individual, manifestada numa ética pessoal rigorosa. Ao lado disso, percebe-se o cuidado de evitar qualquer ligação com o pentecostalismo, no que se refere aos exageros da emoção, bem como às experiências de línguas, profecias e coisas semelhantes.

Alfredo Borges Teixeira, em artigo de O Estandarte de 31/7/52, encontra outros elementos, na análise do movimento. Em apoio à “Campanha de Avivamento”, exalta dois objetivos propostos pelos avivalistas: 1) fraternidade e cooperação entre as várias igrejas evan-

---

gênicas brasileiras; 2) união orgânica de igrejas de mesma doutrina e sistema administrativo. Em especial, com relação a esse segundo item, Teixeira lembra que isso deveria inspirar as Igrejas Presbiteriana e Presbiteriana Independente a pensarem seriamente na união, às portas do centenário do Presbiterianismo no Brasil.

O fato significativo é que as igrejas brasileiras abriram-se para os avivalistas estrangeiros. Viam neles homens vencedores, altos e fortes, que lembravam os generais das tropas aliadas. Eram “enviados de Deus” para pôr um ponto final na *“mornidão espiritual de nossas igrejas, fracas e sem crescimento”*. Comissões interdenominacionais foram formadas para receber tais pregadores e encaminhar suas campanhas de despertamento e evangelização. O Rev. Walter Ermel foi constituído presidente da comissão que auspiciou as campanhas de J. Edwin Orr no Brasil. José Ferreira Filho, na época seminarista da IPI do Brasil, presidiu o “Grupo de Confraternização da Mocidade Evangélica”, que promoveu encontros avivalistas, inclusive com Don Phillips, no ginásio do Pacaembu, em São Paulo, SP, com mais de nove mil pessoas, em 1952.

Ademais, a cooperação de pastores e igrejas gerou uma “Comissão de Avivamento”, composta por um membro de cada denominação, entre aquelas que compunham a Confederação Evangélica do Brasil. Pastores trocavam entre si os púlpitos de suas igrejas, e faziam campanhas conjuntas de evangelização, despertamento e vigílias de oração. Algo novo estava acontecendo no seio do evangelismo brasileiro e todos sentiam isso fortemente.

## O avivamento espiritual incendeia a IPI do Brasil

A IPI do Brasil viveu intensamente essa vibração, em torno do avivamento e da colaboração evangélica. O Estandarte, tendo o Presb. Ilídio Burgos Lopes como seu redator-responsável, patrocinou intensa campanha pelo avivamento de 1951 a 1954. O jornal trazia o tema em praticamente todos os seus números. No primeiro número de 1952, Burgos Lopes intitulava o editorial com o texto de Habacuque 3.2: “Aviva, ó Senhor, a tua obra no meio dos anos”. Citava os evangelistas Dr. R.A. Torrey, D.L. Moody e Spurgeon, para demonstrar a carência de “vida abundante” entre os crentes. Pastores como os Revs. Luthero Cintra Damiano, Atílio Freddi, Walter Ermel, Adolpho Machado Corrêa,

Lauro de Queiroz, Alfredo Borges Teixeira, Antônio Rangel Alvarenga, Sherlock Nogueira, Severino A. Lima, João Euclides Pereira, Azor Etz Rodrigues, Daniel Vieira Ramos contavam experiências de suas igrejas locais com o reavivamento, produziam estudos bíblicos sobre o tema e incitam a igreja a envolver-se no movimento.

Um dos artigos mais importantes da lavra de Burgos Lopes foi o da edição de 31 de julho de 52. Seu título era “O Papel de Leigo no Avivamento” e exortava a uma participação ativa na vida da igreja. Walter Ermel, reitor da Faculdade de Teologia, na mesma edição dava um testemunho pessoal sobre o reavivamento, contando sua experiência. Em linguagem dramática, ele disse: *“Na última reunião dirigida pelo Dr. Orr, em agosto de 1951, Deus me concedeu notável vitória sobre pecados que me importunavam e dos quais eu não conseguia livra-me. No dia 21 de março de 1952 tive outra experiência... chorava sem saber por quê. No dia 17 de abril tive a experiência de rendição a Deus e outras experiências gloriosas da manifestação do poder de Deus vão sendo dia-a-dia acrescentadas...”*

A igreja começou a ser incendiada com o tema “reavivamento”. Os relatos dos cultos, das vigílias, das conversões, agitavam O Estandarte. O Rev. Severino A. de Lima, em carta publicada em 15/12/52, parabenizou o jornal pela sua nova linha editorial: *“Graças a Deus porque O Estandarte está avivado e levando o avivamento às igrejas, aos lares, aos indivíduos. Oro pelos seus dirigentes, e parablenizo-os em Cristo, e no Espírito Santo. Aleluia!”*

O apoio ao avivamento, porém, não viria só através do jornal ou de campanhas nas igrejas. A voz conciliar passou a encampar o assunto. O primeiro concílio a tomar medidas oficiais foi o Presbitério de São Paulo, que, em janeiro de 1952, deliberou lançar uma campanha de evangelização e reavivamento espiritual. Sugeriu que cada igreja local fizesse reuniões de oração e que fossem contatadas outras denominações, visando a cooperação e permuta de pregadores.

O passo oficial mais importante foi dado pela Comissão Especial, nomeada pela Mesa Administrativa da IPI do Brasil, para planejar o organizar as festividades do Jubileu de Ouro, em 1953. No programa de comemorações, estavam previstas “Campanhas de Evangelização e Avivamento Espiritual”.

Dois presbitérios, o da Sorocabana e o do Oeste, em suas reuniões



---

de 1953, decidiram enviar pastorais às suas igrejas, recomendando campanhas de oração e avivamento.

O Rev. João Euclides Pereira, na qualidade de presidente do Sínodo, na época o órgão máximo da denominação, no primeiro O Estandarte do ano de 1953, tratou do tema “Avivamento”, na sessão da primeira página. Seguindo a orientação denominacional, Pereira citou sua própria experiência em campanhas avivalistas, concitando pastores e igrejas independentes a fazerem o mesmo.

No mês de maio, Burgos Lopes escreveu um editorial intitulado “Aviva-nos, Senhor!”, como parte oficial das comemorações mais importantes da IPI do Brasil, nos seus primeiros cinquenta anos de história!

Como se dava tal “avivamento” nas igrejas presbiterianas independentes?

Começava com um período de preparação, reuniões de oração feitas em casa do pastor e de líderes da igreja local. Depois, as reuniões de oração estendiam-se ao templo. Duravam algumas semanas, em vigílias e jejuns. Durante todo esse período, as orações eram feitas no sentido de pedir o poder, a plenitude do Espírito Santo.

A segunda parte do “avivamento” era realizada no templo, com cultos de evangelização e consagração, e seus resultados eram medidos pelas conversões e pelo número de crentes que, levados às lágrimas, se apresentavam diante do altar, dispostos a uma vida de consagração. Em suma, o “avivamento” era medido pelos fatores quantitativo e emocional. Assim aconteceu em Maceió, Osvaldo Cruz, São Paulo, Rio, Londrina, Jaguapitã, Assis, Bauru, Muzambinho, Adamantina, São José da Pitanga, Bariri, etc. Tudo isso era relatado no jornal oficial. Entre os avivalistas são citados dois brasileiros presbiterianos: Antonio Elias (da IPB) e Antonio Correa Rangel Alvarenga (da IPI). Seus nomes estão ligados ao avivamento em algumas de nossas igrejas. E é sempre bom lembrar que isso estava acontecendo em outras denominações, com a mesma fenomenologia.

A igreja encantou-se com tudo isso, mas, efetivamente, não estava preparada para discernir o elemento estranho à sua postura doutrinária presbiteriana. Os acontecimentos que daí adviriam iriam mostrar esse despreparo.

## O Movimento da Cura Divina

Em 1922, iniciou-se um trabalho de evangelização, no bairro do Cambuci, em São Paulo, SP. Em 1924, a 1.<sup>a</sup> IPI de São Paulo, sob o pastorado do Rev. Alfredo Borges Teixeira, assumiu a trabalho, que se transformou em Congregação. Em 16 de março de 1947, foi organizada IPI do Cambuci. Seus primeiros pastores foram os Revs. Ewaldo G. Alves e Roldão Trindade da Ávila. No pastorado deste último, iniciou-se a construção do templo, que viria a ser concluído no pastorado do Rev. Silas Dias, que sucedeu ao Rev. Roldão.

A Igreja do Cambuci pertencia ao Presbitério de São Paulo e era uma igreja de médio porte. As famílias Carvalhaes e Silveira Lima destacavam-se pela sua intensa participação na vida da comunidade. Ressalte-se, em especial, a participação de Presb. Epaminondas Silveira Lima, que sempre representava a igreja nos concílios e nas reuniões do Presbitério. Em janeiro de 1952, foi nomeado membro da Comissão de Superintendência (antigo nome da Comissão Executiva) do Presbitério. No Sínodo de Cinquentenário (30/7 a 7/8 de 1953) foi eleito para compor na Junta de Missões. Entusiasmado pela evangelização, desde 1950 participava com seu irmão, Norival, também presbítero da mesma igreja, de um grupo indenominacional que orava por um avivamento para o Brasil. Tal reunião acontecia em uma sala alugada, na rua Líbero Badaró, em São Paulo, e o local era conhecido como dos “irmãos do fogo”. Além dos irmãos Silveira Lima, também participavam do grupo Geraldino dos Santos (metodista), Mário Linstrom (Avivamento Bíblico) e o Rev. Silas Dias, o qual, em janeiro de 1952, havia sido comissionado para pastorear a IPI de Cambuci. Formado pela Faculdade de Teologia da Igreja Presbiteriana Independente, Dias fazia parte da diretoria da Faculdade de Teologia e, a partir de janeiro de 1953, fora nomeado membro da Comissão de Superintendência do Presbitério de São Paulo.

Em 1951, Silas Dias foi convidado para ir até São João da Boa Vista, para participar de um trabalho de avivamento na Igreja Evangélica do Brasil. Tal igreja havia sido fundada nos moldes da Igreja do Evangelho Quadrangular, pelo Rev. Harold Williams. Lá, conheceu o trabalho que o missionário desenvolvia e, também, o ministério de Rev. Raymond Boatright, norte-americano que viera ao Brasil a convite de Williams. O trabalho desenvolvido em São João da Boa

---

Vista era na linha do “avivamento espiritual”, com uma imensa novidade: a cura divina.

Dias e os irmãos que o acompanharam voltaram maravilhados com o que viram e encantados com Boatright. A caravana presbiteriana independente começou a vislumbrar naquilo a resposta à oração dos “irmãos do fogo”.

É importante lembrar que o pentecostalismo no Brasil, até a década de 50, era representado pela Assembléia de Deus (fundada em 1911, por dois missionários suecos, Gunar Vingren e Daniel Berg), e pela Congregação Cristã no Brasil (originária do trabalho do missionário ítalo-americano Luigi Francescon, em 1910). Tais igrejas caracterizavam-se pela ênfase no batismo do Espírito Santo, no falar em línguas e no curar pela oração. Havia também em São Paulo a Igreja do Avivamento Bíblico, fundada por Mário Roberto Lindstrom e outros irmãos, como dissidência das Igrejas Metodistas do Tucuruvi e Vila Mazzei, em fins de 1946. No entanto, eram ainda grupos de pequena expressão.

Harold Williams havia fundado sua igreja, em São João da Boa Vista. A ele juntou-se Boatright. Depois, a convite do Rev. Silas, ambos foram realizar uma campanha de avivamento e cura divina na IPI do Cambuci. Tanto para os norte-americanos pentecostais quanto para os presbiterianos independentes do Cambuci a campanha era a resposta às suas orações.

Se a IPI do Brasil não estivesse vivendo aquele momento histórico específico com ênfase no chamado “reavivamento do Espírito Santo”, o aparecimento do movimento de cura divina na IPI do Cambuci (e posteriormente na 3.<sup>a</sup> IPI de São Paulo e Assis) não teria sido fácil. Certamente o Rev. Silas Dias tinha certeza de que cumpria determinações denominacionais, no sentido de realizar reuniões de oração e campanhas de avivamento.

Williams e Boatright eram norte-americanos, como Phillips e Dunlap. Seus temas eram os mesmos e a novidade que traziam, a cura divina, podia ser entendida como uma prova extraordinária de autoridade dada por Deus. Era o que todo mundo queria, ou seja, uma demonstração vívida de plenitude do Espírito Santo no seio da igreja. Ademais, a linguagem que usavam era a mesma que podia ser lida em quase todas as páginas de *O Estandarte*.

## A IPI do Cambuci e a Cura Divina

A campanha de Raymond Boatright no Cambuci durou seis dias, de 1.º a 6 de março de 1953.

Após a primeira reunião, já tremendamente concorrida, não havia quem não soubesse, no antigo bairro paulistano, do que estava acontecendo na IPI local. O templo da rua Barão de Jaguará tornou-se pequeno para abrigar a multidão que ocorreu naqueles dias. Foi necessário fechar o quarteirão para a passagem de veículos, tal o número de pessoas que ficavam do lado de fora.

A movimentação foi tanta que atraiu os principais jornais de São Paulo. O jornal “A Época”, de 5/3/53, registrou os passos dados na reunião noturna do dia 4. Informou que o culto durou quase duas horas, com orações, sermões e cânticos; muitos dos presentes choravam. Após essa parte, iniciou-se a sessão de orações e cura divina. Os adoentados eram separados dos seus parentes e introduzidos na presença de Boatright. Este abraçava os doentes, dedicava-lhes uma palavra e, em seguida, orava pela cura. Tudo era traduzido de imediato, do inglês para o português, por Harold Williams. A seguir, Boatright ordenava aos doentes que experimentassem, pela fé, vencer suas dificuldades físicas.

Os jornais relatam testemunhos de pessoas que diziam ter sido curadas. Até o sisudo “O Estado de São Paulo” registrou os fatos, citando o caso de uma senhora que entrou de muletas e saiu andando, e de uma estrábica que disse ter conseguido coordenar a vista e chorou de emoção. Mais sensacionalista, o jornal “Diário de São Paulo” referia-se às curas obtidas como resultado dos “passes” do pastor Boatright...

Depois da campanha no Cambuci, Boatright e sua comitiva realizaram outra, na 3.ª IPI de São Paulo.

Como a denominação reagiu àquela nova maneira de expressar o avivamento tão sonhado? A princípio, pareceu aceitá-lo, uma vez que estava despreparada para enfrentar aquela nova situação.

Ilídio Burgos Lopes, na qualidade de Secretário Executivo da CERAL (Comissão de Educação Religiosa e Atividades Leigas da IPI do Brasil), pregou na IPI do Cambuci em 25 de maio de 1952. Nessa oportunidade, houve tudo o que se exigia de uma boa reunião de avivamento: oração com lágrimas, confissão de pecados e pedidos pela

plenitude do Espírito Santo. Depois de terminada a reunião, alguns ficaram em oração até a uma hora da madrugada.

O presidente do Sínodo, o Rev. João Euclides Pereira, pregou no Cambuci (25/1/53) e, além de elogiar as sóbrias linhas do novo templo, felicitou a igreja: *“A igreja do Cambuci é uma igreja missionária e muito interessada em movimentos de avivamento espiritual”*.

Como se estivesse adivinhando, nesse mesmo número de O Estandarte, o Rev. Sebastião Gomes Moreira advertia a igreja do perigo da confusão e exageros, na questão do avivamento pelo Espírito Santo, e dizia: *“Tomemos cuidado para que a tendência fanática de nossa própria formação não venha a desvirtuá-la”*. Era uma voz solitária, em meio à perplexidade de uma nova e desconcertante situação.

Sem sinais vermelhos à frente, a IPI do Cambuci passou a trilhar seus próprios caminhos de avivamento, muito influenciada pela doutrina da cura divina. Em conjunto com a CERAL, patrocinou, em 1.º de maio de 1953, um dia de estudos sobre cura divina pela oração, que teve como preletores Ilídio Burgos Lopes e Silas Dias, e, como coordenadora, Odete Correia Coutinho. Burgos Lopes assim se expressou sobre a cura divina: *“Não podendo negar a evidência de inúmeros casos concretos, registramos o fato como uma manifestação positiva do avivamento em nossos dias”*. Walter Ermel, no Caderno Especial do Cinquentenário, colocou Boatright e Williams na senda dos avivalistas que já tinham passado por aqui, dizendo que Deus teria “mais bênçãos para nos dar”. No mesmo Caderno, Azor Etz Rodrigues assim falava sobre Boatright: *“Os trabalhos relacionados com o ministério da cura divina despertam profundo interesse... Temos tido experiências impressionantes... pessoas que foram curadas de enfermidades muito graves...”* As maiores expressões pastorais da igreja estavam confusas, encantadas até. Esse encanto não demoraria a tornar-se preocupação.

Com o passar dos meses, a ênfase na cura divina, na IPI do Cambuci, passou a desfigurar o presbiterianismo local. A comunidade tornara-se uma extensão da Igreja do Evangelho Quadrangular no Brasil. As orações coletivas, em meio aos “aleluia” e “glória” em alta voz, as revelações, os profetas e as profetizas, caracterizavam um momento de exagero, inaceitável para a doutrina e a prática presbiterianas.

O estilo da igreja havia mudado. As profetizas, os habilitados com

---

os dons de línguas e interpretação, as freqüentes orações pelo batismo do Espírito e a cura divina no estilo de Boatright passaram a ser o dia-a-dia da igreja. O que entusiasmava os líderes era o intenso fluxo de pessoas. A igreja estava sempre cheia. Os visitantes de igrejas pentecostais, entre eles pastores, vinham em grande quantidade. O púlpito da igreja começou a ser cedido sistematicamente a esses pastores: Mario Lindstrom (Avivamento Bíblico), Delfino Brunelli (Assembleia de Deus) e, naturalmente, Harold Williams. A maioria dos membros acompanhava a liderança, aceitando as inovações.

Começaram, no entanto, a surgir as primeiras defecções. Um grupo ligado ao coral que, até o pastorado do Rev. Roldão, era dirigido pelo Presb. Oswaldo Prado, não via com simpatia o movimento. O antigo regente afastara-se da Igreja, juntamente com sua família, para freqüentar a igreja do Ipiranga. Alguns coristas, porém, continuavam sendo uma espécie de resistência às tendências pentecostais adotadas.

Tais exageros passaram a ser olhados com desconfiança pelo Presbitério de São Paulo, ao qual estava jurisdicionada a IPI do Cambuci. Uma reunião extraordinária, acontecida de 29 de julho a 7 de agosto de 1953, na 3.<sup>a</sup> e na 1.<sup>a</sup> IPI, chegou à seguinte resolução: *“Este concílio resolve fazer as seguintes recomendações: a) que sejam promovidos em nossas igrejas movimentos de avivamento espiritual, com reuniões devocionais de oração, precedidas de estudo bíblico para doutrinação dos crentes, a fim de que não sejam estes com facilidade afastados dos ensinamentos da Palavra de Deus; b) que se dê mais ênfase à nossa inteira dependência de Deus, no exercício da oração, e, especialmente, ministros e oficiais exerçam com mais zelo e fervor o seu ministério de assistência espiritual pela oração e pela fé em todos os casos, mesmo quando venham a falhar os recursos humanos, não se afastando contudo do reconhecimento da soberania de Deus: “Seja feita a tua vontade”; c) que nossos crentes sejam instruídos devidamente, a fim de não caírem nos excessos de certas seitas, que recusam e proíbem os recursos da medicina, que é um dom de Deus; d) que o ministério de oração em favor dos enfermos não seja feito em nossos templos, em reuniões públicas e espetaculares, mas de um modo mais discreto, isto levando em consideração o atraso e a superstição do povo ao nosso redor, que confunde o nosso trabalho com o que se realiza nas macumbas, nos centros espíritas, e com os milagreiros*

*do Romanismo, o que desprestigiara a obra evangélica em nossa pátria; e) que sejam promovidas campanhas de avivamento e evangelização, recomendando-se, entretanto, muita prudência nos programas das reuniões, evitando-se os excessos que conduzem a confusões censuradas pelo apóstolo Paulo no capítulo 14 de sua Primeira Carta aos Coríntios, e recomendando-se muito critério e moderação nos testemunhos pessoais e, especialmente, evitando-se as confissões públicas escandalosas, que prejudicam aos que as fazem e não edificam aos demais, lembrando sempre as palavras do apóstolo: Faça-se tudo com decência e ordem".* Tal resolução foi apresentada ao Sínodo do Cinquentenário que se realizava naqueles mesmos dias e aprovada por ele.

A exegese dessa resolução pode ser assim explicitada: 1) a igreja, tardiamente, reconhecia sua omissão no doutrinamento, ao determinar que fosse feita para evitar os excessos e desvios; 2) a denominação procurava defender-se, resguardando a campanha do avivamento, como se não fosse ela mesmo que tivesse favorecido e incentivado movimentos, que ela desconhecia no seu teor e efeitos; 3) ao mesmo tempo, procurava exercer autoridade para sufocar o movimento, de maneira tímida. O que poderia ser interpretado como uma posição serena e prudente era, também, um documento de "mea culpa", em suas entrelinhas.

A ironia maior foi uma ampla reportagem sobre a IPI do Cambuci, escrita pelo Rev. Silas Dias, falando sobre a situação da igreja naqueles dias, bem ao lado da súmula da reunião do Presbitério, que condenou o movimento de cura divina.

O mesmo Sínodo do Cinquentenário, em resposta a uma consulta sobre igrejas pentecostais, orientou que membros dessas igrejas só fossem recebidos por nossas igrejas mediante batismo e profissão de fé (entenda-se Pentecostalismo como Assembléia de Deus). Em outras palavras, era o não reconhecimento oficial dos pentecostais, pela IPI do Brasil.

As contradições continuavam. Em O Estandarte de 31//10/53, em artigo intitulado "Trabalhando pelo Reavivamento", Ilídio Burgos Lopes falava de suas campanhas no sul do país, no mês de setembro daquele ano (depois das mencionadas decisões conciliares), falando em "oração pelos doentes", "avivamento e plenitude do Espírito", e

---

colaboração de pentecostais e adventistas no trabalho. O jornal oficial continuava repleto de notas sobre o tema, demonstrando total falta de cuidado para com o perigoso momento que vivia a igreja.

As primeiras providências de *O Estandarte* aparecem no último número do ano de 1953: o editorial, tendo como título “Excessos que deve ser evitados”, procurava dimensionar o verdadeiro avivamento, condenando a linha da cura divina, sem negar o valor total do trabalho desenvolvido por seus propagadores. Ademais, comunicava a renúncia à jurisdição da IPI do Brasil de importantes expressões leigas denominacionais: Cesarina Xavier Pinto, Odete Correia Coutinho e Eurico de Matos Coutinho, que haviam se filiado à Igreja da Oração. Eram os primeiros dissidentes importantes.

De qualquer maneira, *O Estandarte* apresentava uma mudança de estilo. Seu editorial veio sem assinatura. Isso leva a crer que seu autor era um jovem pastor, Rev. Isaar Carlos de Camargo, nomeado redator do órgão oficial da IPI do Brasil, em substituição ao Rev. Machado Corrêa, desde agosto de 1953. Burgos Lopes, no entanto, continuava sendo o redator-chefe. Ao fim do editorial, repetia-se a resolução do Presbitério de São Paulo e do Sínodo em reação ao movimento de cura divina. No mesmo jornal, à página 5, um estudo bíblico advertia para as perigosas ênfases no dom de línguas e batismo com o Espírito Santo.

O ano de 1954 começou com uma forte ofensiva da igreja, contra os excessos pentecostais na IPI do Cambuci. De certa maneira, era preciso retomar o controle da situação. *O Estandarte* passou a divulgar menos as notícias sobre as campanhas de avivamento. Em contrapartida, artigos, estudos bíblicos e editoriais sucediam-se, procurando recolocar a casa em ordem.

No início de 1954, o Presbitério de São Paulo determinou que as igrejas de sua jurisdição não apoiassem os trabalhos das tendas, mantidas pela Igreja do Evangelho Quadrangular, na rua Basílio da Cunha, no Cambuci, e que os púlpitos não mais fossem cedidos aos seus líderes. Ademais, exigia dos conselhos o fiel cumprimento da resolução anterior sobre o movimento de cura divina. Era um duro e direto recado à Igreja do Cambuci e uma mensagem velada aos simpatizantes dessa linha, espalhados pela denominação que cada vez mais radicalizavam suas posições. De fato, *Boatright* havia consegui-



do, de um grupo de norte-americanos, a doação de uma tenda, uma espécie de armação de circo, para o estabelecimento da Cruzada Nacional de Evangelização, nome tupiniquim para a Igreja do Evangelho Quadrangular. A Igreja do Cambuci colaborou decisivamente para o evento, com seus membros freqüentando o “cirquinho”, como o havia chamado o Pastor Williams. Enquanto isso, outra batalha acontecia: uma luta de palavras entre o redator-responsável e o redator de O Estandarte. Enquanto Isaar Camargo procurava, com vigor teológico, tratar da questão da cura divina, denunciando suas mazelas teóricas e práticas, Burgos Lopes refutava-o veementemente. Não fosse a doença e morte deste último, em 14 de setembro daquele ano, o confronto teria se prolongado por mais tempo. O Rev. Isaar Camargo assumiu, daí em diante, a chefia da redação de O Estandarte e não mais seriam noticiados fatos com relação ao movimento de reavivamento. Voltariam à baila os temas caseiros (a Faculdade de Teologia, por exemplo) e os esforços pela reunificação do presbiterianismo brasileiro no seu centenário, além de artigos contra a cura divina e as demais doutrinas e práticas pentecostais.

As providências conciliares continuaram no ano de 1954. A Comissão de Superintendência do Presbitério de São Paulo, reunida em 21 de junho, resolveu publicar em O Estandarte, mais uma vez, a sua resolução sobre o movimento de tendas e o oferecimento do púlpito a pregadores da Igreja do Evangelho Quadrangular. Na mesma reunião, registrou-se a renúncia do Rev. Lauro de Queiroz, que saiu da IPI do Brasil para ligar-se ao movimento pentecostal.

O Sínodo reuniu-se em janeiro de 1955 e resolveu por um ponto final na situação incômoda. Desautorizou todo movimento no sentido de aproximação com tendências pentecostais e fortaleceu os presbitérios para que tomassem medidas enérgicas para contê-las.

O Conselho da IPI do Cambuci, todo ele ligado ao movimento pentecostal, tomou algumas atitudes drásticas. Eliminou do rol de membros alguns irmãos ligados ao coral e ao Presb. Oswaldo Prado que resistiam ao movimento. Ademais, em 21 de janeiro de 1954, em Assembléia Geral Extraordinária da Igreja, o Conselho conseguiu plenos poderes para vender, permutar ou alienar o patrimônio da igreja. Era a preparação para, diante da oposição denominacional, ficar com as propriedades diante de um cisma inevitável. Respalado

---

pelo Sínodo, o Presbitério de São Paulo, em reunião de 17 a 29 de janeiro de 1955, dissolveu o Conselho da Igreja. De imediato, os membros fiéis ao movimento, em número de 119, renunciaram à jurisdição da IPI do Brasil. O mesmo fez o pastor Silas Dias.

Outras providências foram tomadas pela Comissão de Superintendência. Em 30/3/55, por delegação do Presbitério, a Comissão anulou o ato de eliminação dos membros que permaneceram fiéis à IPI do Brasil, bem como a ata e os atos da Assembléia, que havia dado poderes ao Conselho para deliberar sobre o patrimônio da igreja.

Os dissidentes pentecostais, rapidamente, alugaram um salão, a menos de vinte metros da IPI do Cambuci. Lá, organizaram a 1.<sup>a</sup> Igreja Evangélica do Cambuci, ligada à Igreja do Evangelho Quadrangular. Não demorou muito, dissensões internas, motivadas especialmente por desavenças pessoais entre o pastor Silas Dias e o já pastor Epaminondas Silveira Lima, provocaram a saída de ambos, seguidos por seus grupos. Os seguidores de Silas Dias fundaram com ele a Igreja Evangélica do Espírito Santo; Epaminondas e seu grupo fundaram a Igreja Evangélica Pentecostal da Bíblia. Ambas foram estabelecidas nos moldes da Igreja do Evangelho Quadrangular. A 1.<sup>a</sup> Igreja Evangélica do Cambuci comprou um terreno na rua Freire da Silva, onde se encontra até hoje. A igreja de Epaminondas cresceu bastante. Outros grupos, porém, acabaram originando-se do movimento, inclusive O Brasil para Cristo, de Manoel de Melo, em 1956, excluídos, a pedido, da Cruzada Nacional de Evangelização.

## Conclusão

A IPI do Cambuci reergueu-se. Tal processo foi, porém, lento. Seus ruidosos vizinhos, por alguns anos, seriam ainda um monumento vivo de uma experiência traumática.

Por outro lado, a denominação veio a colher amargos frutos do episódio. Depois do problema do Cambuci, houve a divisão da década de 70, quando saiu a Igreja Presbiteriana Independente Renovada.

Não é menos verdadeiro que houve também um fechamento total da igreja para as coisas do Espírito Santo, sendo banidas palavras como avivamento do vocabulário da maioria dos presbiterianos independentes.

No seio da denominação, bem como em boa parte do ministério

---

ordenado, simples exercícios devocionais de oração e estudo bíblico passaram a ser considerados atos pentecostais.

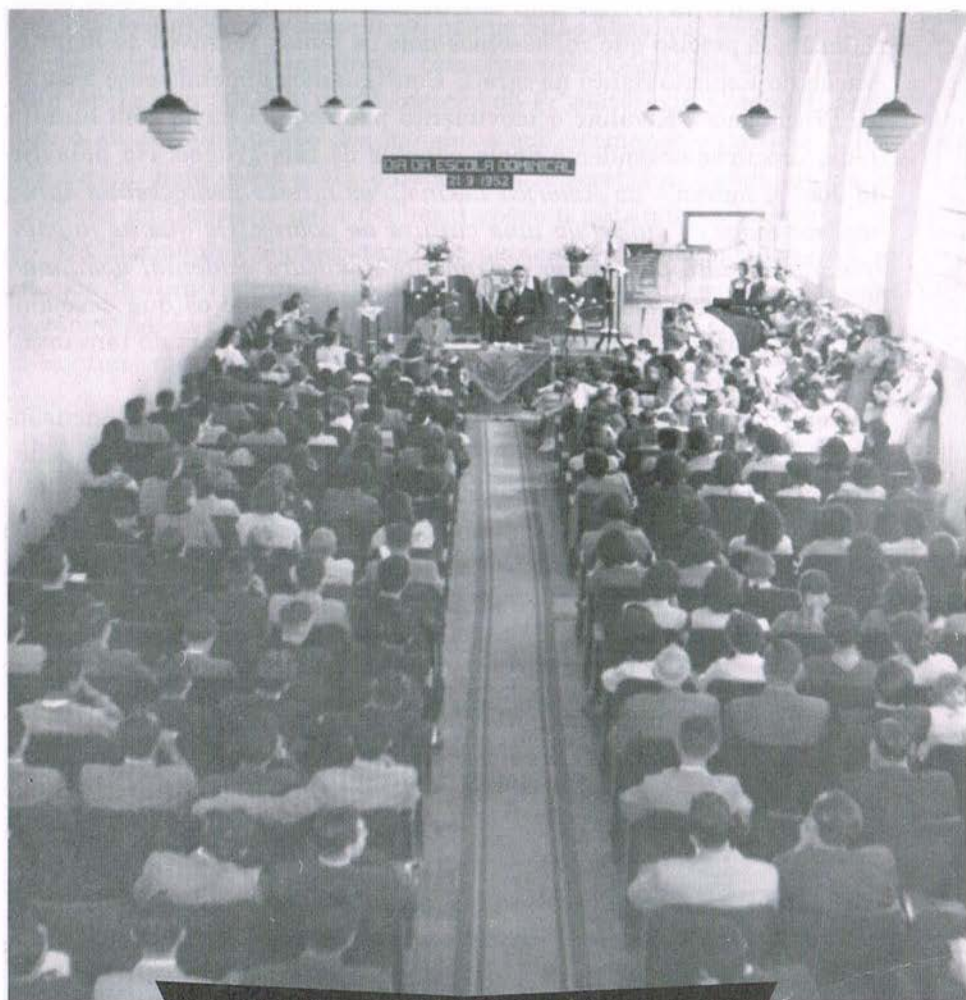
A experiência vivida pela IPI do Brasil no Cambuci serve para reflexão. É preciso que repassemos hoje os temas relativos ao lugar e à ação do Espírito Santo na igreja. Continuamos temendo esse assunto. Precisamos reavaliar o movimento pentecostal para, com humildade, procurar entender o apelo popular de tais grupos. Na palavra de José Comblin, *“na América Latina... as igrejas pentecostais apresentam todos os sinais de uma cultura de pobres. Os que as julgam temerariamente pertencem geralmente à cultura ocidental dominante, marcada pela modernidade”*. Isso quer dizer que os que desejam identificar-se com os pobres, falar a eles, tomar seu partido têm muito a aprender com os pentecostais.

Somemos a isso o fato de que a igreja não pode perder a dimensão de uma espiritualidade genuína, fruto de uma renovação. (É pena que tal palavra esteja comprometida no seu conteúdo e uso atual!).

Espiritualidade não é sinônimo de divisão, porque o Espírito é unidade (Ef 4.3). Nem mesmo pode ser ignorância ou preconceito, pois o Espírito é sabedoria, conhecimento, verdade (Jo 16.13).

Nosso modelo deve ser a vida e ação de Jesus: *“O Espírito do Senhor está sobre mim, pelo que me ungiu para evangelizar aos pobres; enviou-me para proclamar libertação aos cativos e restauração da vista aos cegos, para pôr em liberdade os oprimidos, e apregoar o ano aceitável do Senhor”* (Lc 4.18,19) .

*O Rev. Éber Ferreira Silveira Lima é o secretário executivo da IPI do Brasil*



ESCOLA DOMINICAL DA IPI DO CAMBUCI  
*Reunida no Dia da Escola Dominical, em 21/9/  
1952 no templo da Rua Barão de Jaguará, 1140.  
Em pé, à frente, o Presb. Epaminondas Silveira  
Lima.*



CAMPANHA DO AVIVALISTA DON PHILLIPS, NA 1ª IPI DE LONDRINA, NO CONGRESSO DA MOCIDADE, DE 15 A 19/8/1952  
*Ao lado do avivalista, no púlpito, o Rev. Jonas Dias Martins. À direita do púlpito, a bandeira dos Estados Unidos.*

# Evangelização e Missões

Rev. Gerson Mendonça Anunciação

## O início

O Rev. Gerson Correia de Lacerda desenvolveu o tema “A Trajetória Missionária da IPI do Brasil” na 2ª Consulta Missionária realizada pela Secretaria de Missões em janeiro de 1992. Naquele texto ele procura traçar a linha histórica pela qual se conduziu o trabalho missionário da IPI do Brasil, desde a chegada do Rev. Ashbel Green Simonton. Segundo sua análise, a motivação de Simonton retratava a teologia do protestantismo norte-americano da era de missões, de acordo com a qual a missão da igreja era entendida como sendo a de implantar o Reino de Deus aqui na terra. Baseado em afirmações feitas por Simonton em um documento encaminhado numa reunião do Presbitério do Rio de Janeiro, no dia 15/7/1867, o Rev. Lacerda evidencia os seguintes pontos a respeito do trabalho missionário presbiteriano no Brasil:

*1) A tarefa missionária era entendida como a tarefa de todos os crentes e todos os membros da igreja tinham de ter consciência dessa grande responsabilidade;*

*2) A tarefa missionária de todos os crentes deveria ser realizada através da vida exemplar, da distribuição de Bíblias e folhetos e dos convites para que outros viessem aos cultos;*

*3) A tarefa missionária dos crentes seria continuada pelos ministros ordenados e bem preparados, que utilizariam os cultos para pregar a necessidade de conversão e para a transmissão da verdadeira doutrina;*

*4) A tarefa missionária da Igreja se completaria com o estabelecimento de escolas, que trariam o progresso e o Reino de Cristo com a transformação geral da sociedade.*

## Rev. Eduardo Carlos Pereira – antes de 1903

Essas idéias nortearam a caminhada missionária do Presbiterianismo no Brasil, influenciando a visão do Rev. Eduardo Carlos Pereira. Em 1887, ele escreveu uma matéria na “Revista de Missões Nacionais” através da qual buscava despertar os presbiterianos nacionais para a responsabilidade evangelística e missionária no Brasil, somando-se aos esforços estrangeiros. Usando a figura de pessoas que estão num bote, ele conclamava seus leitores: *“Somos quase dois mil comungantes sob os cuidados do nosso presbitério: ora, se cada um de nós remar na medida de nossas forças, não somente aliviaremos as igrejas irmãs dos Estados Unidos de nosso peso, mas com certeza nossa embarcação ganhará distância bastante para ajudar a passar para o porto seguro da salvação o bote encalhado”*.

A luta do Rev. Eduardo ainda não acabou. Uma das tarefas mais difíceis que temos para realizar é fazer com que todas as nossas igrejas locais “tomem os remos nas mãos”, facilitando o desenvolvimento do nosso trabalho missionário nos dias de hoje.

Desde o início de seu ministério, o Rev. Eduardo Carlos Pereira preocupou-se com o trabalho missionário. Tal preocupação o levou às seguintes ações, segundo o Rev. Gerson C. Lacerda no texto ao qual já nos referimos:

- 1) Fundar a Sociedade Brasileira de Tratados Evangélicos, em 1883;
- 2) Elaborar o Plano de Missões Nacionais, em 1886, e fundar a Revista de Missões Nacionais, em 1887;
- 3) Lutar pela organização do Seminário, a partir de 1888, quando também se instalou o Sínodo da Igreja Presbiteriana do Brasil.

A Sociedade Brasileira de Tratados Evangélicos teve como finalidade a publicação de textos, em sua maioria polêmicos contra o catolicismo, o que demonstra que a intenção evangelística era a conversão de católicos ao protestantismo.

O Plano de Missões Nacionais tinha o objetivo de *“despertar nas comunidades presbiterianas o sentimento de sua responsabilidade em face à evangelização do país e de construir um fundo que permitisse, sem nenhum auxílio estrangeiro:*

- 1) a manutenção de pastores;

2) a manutenção de evangelistas;

3) a manutenção de professores e estudantes do ministério”.

Em sua luta pela organização do Seminário, o Rev. Eduardo Carlos Pereira divergia da maioria dos missionários estrangeiros, pois não via como estratégica para a evangelização a valorização da educação. Ele defendia o trabalho evangelístico por meio de métodos mais diretos. Daí a importância do Seminário para preparar pregadores. Para os missionários norte-americanos a educação seria um meio de “civilizar” o povo para que pudesse entender e abraçar o protestantismo. Para o Rev. Eduardo a ordem era inversa: implantar o protestantismo para civilizar o país.

### Rev. Eduardo Carlos Pereira – depois de 1903

Depois do cisma em 1903, o Rev. Eduardo foi presidente da Comissão de Missões Nacionais da IPI do Brasil que posteriormente passou a chamar-se “Missões Presbiteriais”, em 1927. Essa comissão era, segundo afirmou o Rev. Azor Etz Rodrigues, em Estandarte de 1943, “o organismo que centralizava a administração central da igreja, inclusive e especialmente as finanças”.

O conceito que hoje temos de missões não é o mesmo que tinha a igreja em seus primórdios. Com a cisão de 1903, a igreja brasileira sofreu algumas privações e os seus poucos recursos eram usados para duas funções básicas: o sustento dos obreiros e o Seminário. O Rev. Rubens Cintra Damiano disse, em entrevista ao Seminarista Ângelo, que: “os mais abastados eram maçons e por isso ficaram com a igreja norte-americana, que os admitia sem nenhuma restrição”. Com isso, ficamos fadados a tempos difíceis, devido às privações que a questão financeira nos impunha.

Os pastores da jovem IPI do Brasil eram e tinham de ser missionários além de pastores. Grandes territórios eram pastoreados pelos poucos ministros que tínhamos. Devido a esse quadro, toda a igreja tinha, como propósito, missões. Nada mais justo, visto que todo ministro era um missionário. Praticamente toda a verba da igreja era destinada a missões. A igreja era pequena, limitada financeiramente, de forma que os recursos eram poucos e insuficientes para cobrir as necessidades salariais dos pastores/missionários.

Como o efetivo pastoral era pequeno e os campos muito extensos,



muitas comunidades ficavam meses e até anos sem ver ou receber pastores. Os dízimos e ofertas enviados para o sustento dos pastores/missionários vinham do suor do rosto de trabalhadores ou de lucros de comerciantes pertencentes ao rol de membros da jovem igreja. Enfim, era, de fato, uma situação de muitas dificuldades.

Mesmo em meio a muitas crises internas, desde administrativas até doutrinárias, dos anos 30 aos 70, a IPI do Brasil experimentou uma certa expansão. O Rev. Ryoshi Iizuka assim se referiu a esse fato em O Estandarte em 3/7/1983: *“Se somos hoje cerca de 350 igrejas e muito maior número de congregações, sem falarmos de inúmeros pontos de pregação, devemos tudo isso aos trabalhos missionários desenvolvidos por muitos pastores missionários e leigos dedicados. Os leigos foram a ponta de lança na penetração da nossa igreja em regiões intactas. Não houvesse acontecido a amarga crise no final dos anos 30 e as lamentáveis procelas de renovação pietista no início dos anos 70, hoje bem maior capacidade teríamos para fazer frente ao grande desafio.”*

Comentando a declaração acima, o Rev. Gerson Correia de Lacerda concluiu: *“Temos aí uma constatação importante. Foram os leigos, deslocando-se pelo interior do território brasileiro, e alguns pastores, isoladamente preocupados com o trabalho missionário, que mantiveram na IPI do Brasil a expansão e o crescimento. Foi, porém, uma expansão – crescimento sem um projeto claro e definido, bem como sem o envolvimento e participação da denominação como um todo”.*

Isso quer dizer que a IPI do Brasil não teve uma estratégia missionária definida. O crescimento da igreja em seu início tinha como motivo maior as adesões por causa da pregação antimacônica. O esforço maior dos nossos primeiros líderes voltava-se para o sustento dos obreiros e a manutenção do que àquela época havia.

Sabe-se, porém, que o trabalho missionário requer organização, planejamento, compromisso e ação. Vozes como as dos Rev. Nicola Aversari, Luthero Cintra Damião e outros começaram a se levantar, no final da década de 40, e, em 1951, o Sínodo da IPI do Brasil resolveu organizar a Junta de Missões.

## A Escola Missionária

No final da década de 30, por iniciativa da IPI de Assis, SP, e da

Comissão de Educação Religiosa e Atividades Leigas (CERAL), surgiu a Escola Missionária de Assis, primeira tentativa de formar obreiros para missões. A experiência não teve, porém, o devido apoio denominacional. Com o intuito de buscar maiores informações sobre essa iniciativa, o seminarista Ângelo Starnini Neto fez uma entrevista com o Presb. Mário Amaral Novaes que havia participado daquela empreitada, na qual obteve as seguintes informações:

*“A turma pioneira reunia-se em cômodo da casa do Presb. Mário. Depois foi cedido um galpão no templo antigo da 1a Igreja. Foi ali que o curso tomou forma e foi estruturado. O presbítero ministrava aulas de inglês, latim, português, matemática e missões. Algum tempo depois, o Rev. Azor Etz Rodrigues veio juntar-se à escola e, entre as matérias ministradas por ele, encontravam-se homilética, história bíblica e geografia bíblica”.*

A Escola Missionária, a princípio, surgiu com a intenção de formar consciências voltadas às “sagradas missões” (como as chamou o presbítero) no meio jovem da igreja. A notícia de que havia uma escola de missões em Assis fez com que muitos moços e moças fossem enviados de diversas partes do país para ali também serem formados. Esse momento pode ser considerado como o auge da escola. Em sua época foi, de fato, um instrumento importante para o treinamento do corpo de Cristo e lançar a idéia de formação missionária de uma forma que pouco se via em nosso país.

Nosso primeiro missionário, o Rev. João de Godoy, foi ali preparado e, em 1950, foi enviado ao campo missionário de Manaus. O Rev. José Coelho Ferraz (que depois viria a ser presidente do Supremo Concílio) foi outra pessoa que passou por aquela escola.

A participação do Presb. Mário Amaral Novaes na escola terminou quase no final da década de quarenta, quando ele se transferiu para a cidade de Jundiá. A escola então ficou sob a responsabilidade de Cesarina Pinto Xavier, formada pelo Seminário de São Paulo.

Entre 1947 a 1948 a escola teve seu fim. O número de pessoas formadas ali não passa da casa dos 50. Mesmo assim, essa escola teve uma influência decisiva nos rumos do trabalho missionário da IPI do Brasil.

Ao que me parece há uma certa similaridade entre a motivação para o surgimento da Escola Missionária em Assis e a motivação para o

surgimento dos nossos atuais Centros de Treinamento Missionário (CTM): a necessidade de uma formação mais específica para aqueles que se sentem chamados à tarefa missionária.

## A Junta de Missões

A criação da Junta de Missões, no ano de 1951, aconteceu de forma intuitiva e circunstancial. A proposta dos Revs. Luthero Cintra Damiano e Nicola Aversari para que se organizasse a Junta de Missões visava atender necessidades emergenciais. Foi, porém, um primeiro e importantíssimo passo que a igreja deu. Nosso trabalho atual, de certa forma, está complementando aquela iniciativa.

A Junta de Missões da IPI do Brasil foi instalada no dia 15/5/1951, pelo Rev. Nicola Aversari, que fora nomeado pelo Sínodo, em sua reunião de janeiro). Suas funções eram:

*“Art. 1º – Desenvolver a obra missionária da igreja;*

*Art. 9º – a) Entrar em entendimento com os presbitérios, no sentido de lhes serem concedidos os ministros os quais viessem a necessitar; b) Determinar o número e a localização dos seus missionários; f) Promover a propaganda em favor da obra missionária”.*

A Junta promoveu uma série de ações que visavam o engrandecimento da obra missionária na Igreja. Na edição de O Estandarte de 31/8/1953, foi divulgado relatório de reunião da Junta que, entre outras decisões, instituía o Dia Oficial de Missões, que seria no último domingo de setembro ao invés de 31 de dezembro, como anteriormente. Hoje, o Dia de Missões homenageia o Rev. Caetano Nogueira Júnior, no dia de seu nascimento em 28 de fevereiro 1856, reconhecendo o seu ministério de desbravador de fronteiras ainda não alcançadas à época pela IPI do Brasil.

O objetivo da criação da Junta de Missões foi assim definido pelo Rev. Luthero, em O Estandarte de 31/7/1953): *“Visando estender o nosso trabalho com o aproveitamento de pontos estratégicos... foi organizada a Junta de Missões, que reúne os recursos necessários para enviar missionários aos recantos ainda não evangelizados da pátria”.*

A Junta de Missões, no entanto, jamais pôde contar com um apoio total e a priorização de suas atividades no contexto denominacional. Talvez tenha conseguido sensibilizar mais as comunidades locais do que propriamente os concílios. Por isso, seu trabalho sempre foi limitado,

---

contando com poucos obreiros e mínimos recursos.

No ano de 1955, a Junta de Missões enviou a campo seu primeiro missionário, o Rev. João de Godoy, que foi mandado para Manaus.

Em 1956, substituiu-o o Rev. Mário de Abreu Alvarenga. Tais obreiros foram os pioneiros, ao lado do Rev. Sebastião Gomes Moreira, em Brasília. Durante muitos anos, foram os únicos obreiros que a IPI do Brasil mantinha em campos missionários. Foi um período de grande dedicação desses homens e de suas famílias, sem que a igreja tivesse envolvimento maior com missões.

Alguns casos isolados devem ser destacados:

- A IPI do Jabaquara, em São Paulo, constituiu, no ano de 1961, o “Fundo Missionário Antioquia”, que sustentou vários obreiros da IPI do Brasil na Missão Caiuá, em Dourados, MG.
- Na década de 70, com a participação ativa do Rev. Ryoshi Iizuka, deu-se um despertar missionário em nossa igreja, com a Junta de Missões passando a agir mais corajosamente em relação às fronteiras não alcançadas. Campos pioneiros no Centro-Oeste, no Norte e Nordeste foram abertos e o número de missionários cresceu. De qualquer forma, isso acontecia em virtude da dedicação de um homem, mais do que em função de uma igreja devidamente envolvida. As sucessivas diretorias da Junta não realizavam mais porque a IPI do Brasil não tinha missões como uma de suas prioridades.

## Primeiros campos e primeiros missionários

O primeiro missionário da Junta de Missões foi o Rev. João de Godoy, cedido pelo Presbitério Norte do Paraná. O campo missionário era o Amazonas.

Nesse período, o desenvolvimento do trabalho missionário foi divulgado principalmente por meio das “Cartas do Amazonas”, publicadas em O Estandarte inicialmente por João de Godoy e, depois, por Mário Alvarenga. O Rev. João de Godoy ficaria apenas um ano no campo, sendo substituído por Mário Alvarenga, recém saído do seminário.

Foi por intermédio de Mário Alvarenga que a Junta sentiu a necessidade de um barco para o êxito do trabalho. Com campanhas como a dos Trezentos Gideões e atitudes como a da UMPI de Bauru, que doou metade de valor para a compra do barco que veio a ser chamado de

“Pendão Real”, o trabalho missionário do Amazonas foi fortalecido.

No mês de julho de 1960, aconteceu a tragédia que iria mexer com os brios da igreja e com seu espírito missionário: o Pendão Real, depois de encalhar em um banco de areia, incendiou-se e foi consumido pelas chamas, ficando o missionário e os tripulantes a assistir tão triste fim. O barco não foi restituído na época. Isso só veio a acontecer em 2000.

O ano de 1960 foi especial para Goiás. Ali seria construída a capital do país e afluíam para aquele estado pessoas vindas de vários lugares, principalmente nordestinos, em busca de vida melhor. Os olhos da igreja foram direcionados para lá, com a possibilidade de recebimento por doação de um terreno, para a construção de uma igreja. A família presbiteriana ficou dividida entre Amazonas e Goiás. O Rev. Mário Alvarenga foi um dos que concordaram com o envio de missionários para Goiás, desde que isso não fosse feito em detrimento do campo do Amazonas. Finalmente, prevaleceu Goiás e Amazonas ficou em segundo plano.

Em Brasília, nossa “ponta de lança”, para usar expressão utilizada pelo Rev. Ryoshi Iizuka, foi o Rev. Sebastião Gomes Moreira. Graças ao seu ministério, a IPI do Brasil estabeleceu suas “tendas” na capital brasileira.

Outro nome de destaque é o do Rev. Ryoshi Iizuka. Japonês de nacionalidade, engenheiro agrônomo, era um homem temente a Deus e muito comprometido com missões. Envolveu-se com o Projeto Rondon e fez parte do desbravamento de grande parte do nordeste do país. Homem prático, decidiu-se por Goiás, quando viu que não era tomada uma resolução, por parte da direção da igreja, quanto ao Amazonas. Foi o Rev. Ryoshi quem desafiou a IPI do Brasil a olhar para Rondônia e ao saudoso Rev. Gerson José Bueno a aceitar o desafio de ir para aquele Estado.

## A Secretaria de Missões

Uma significativa mudança em missões aconteceu a partir de 1981. Uma nova diretoria assumiu a direção da IPI do Brasil, disposta a mudar a situação.

Entre outras áreas, missões foi lembrada e recebeu apoio, ganhando uma nova disposição administrativa e funcional. As condições dessa melhoria foram reforçadas com a instalação de um curso de teologia

---

com concentração em missiologia em Londrina, PR, e com a fixação da Secretaria de Missões (a partir de 1985) no prédio do Seminário. Tal situação produziu um trabalho mais planejado e estruturado e vários frutos têm sido colhidos desde então: instalação do Departamento de Crescimento Integral de Igrejas; produção de material para evangelização e missões; cursos para reciclagem dos atuais obreiros; e instalação, em janeiro de 1996, do Centro de Treinamento Missionário, em Cuiabá, MT.

Além disso, foi feita uma reforma constitucional na IPI do Brasil, em fevereiro de 1995, que reconheceu o missionário leigo, definindo seu campo de ação. Essa evolução está propiciando uma experiência muito mais rica para a IPI do Brasil em termos missionários.

Alguns pontos importantes nesta nova fase da caminha missionária são os seguintes:

#### 1. CONSULTAS E CONGRESSOS DE EVANGELIZAÇÃO

Em 1988 foi realizado em Curitiba, PR, o 1º Congresso Nacional de Evangelização. Tal evento mobilizou presbiterianos independentes de todo o Brasil, trazendo nova motivação para o movimento missionário denominacional. Na época existiam, de forma independente, a Secretária de Missões e a Secretaria de Evangelização. Esta última foi responsável pela realização daquele Congresso. O Rev. Mathias Quintela de Souza era o Secretário de Evangelização e, ao mesmo tempo, o Secretário Executivo de Missões.

Em 1989 realizou-se nas dependências da 2ª IPI de Londrina, PR, a 1ª Consulta Missionária da IPI do Brasil, organizada pela Secretaria de Missões. A participação foi mais restrita a pessoas do Norte do Paraná e das regiões de Presidente Prudente, SP, e Assis, SP.

Em 1992, realizou-se a 2ª Consulta Missionária, de maior amplitude que aquela realizada em 1989, que gerou importantes reflexões e resultados para a caminhada missionária da IPI do Brasil. Como fruto daquela Consulta, publicou-se o livro "Paixão Missionária" e produziu-se um documento, que reproduzimos a seguir:

*"Declaração da 2ª Consulta Missionária da IPI do Brasil*

*Os participantes da 2ª Consulta Missionária da IPI do Brasil reconhecemos e declaramos:*

*a) que as próprias igrejas locais são agentes da missão e que missões*

*são programas de avanço da Igreja visando a execução do mandato missionário, que envolve atingir o mundo tanto no plano espiritual como social:*

*b) que, para missionar no Brasil, é preciso levar em conta, também, as condições de nosso próprio continente, com o qual temos problemas comuns, cujos desdobramentos nos têm conduzido às condições de nossa sociedade:*

*c) que a base missiológica é a promessa e a vinda do Reino, já revelado na vida, morte e ressurreição de Cristo e confirmado pelo Espírito Santo em Pentecostes:*

*d) que se impõe, urgentemente, aprendermos a fazer uma leitura missionária da Bíblia, para que evitemos os perigos do doutrinismo, do individualismo, da espiritualização e do moralismo, que nos impedem de compreender com clareza a essência viva do Evangelho de Jesus Cristo.*

*Sugerimos, para exame e adoção por parte da igreja, as seguintes considerações e propostas:*

#### *1) Quanto à formação de missionários*

*A missão da Igreja é tarefa de todo o povo de Deus, baseada na doutrina do sacerdócio universal dos crentes e exercida de acordo com os dons e ministérios que o Espírito Santo a ele concede.*

*A formação missionária começa na igreja local e deve chegar até os seminários teológicos, a fim de que se faculte o exercício de modelos missionários consoantes com a própria diversificação de dons, preservando assim a identidade teológica e missiológica reformada.*

#### *2) Quanto à base missiológica*

*O Deus que é o Criador, Redentor, Libertador e Senhor da criação age na história humana com propósito salvífico, de que faz parte a Igreja como instrumento do Reino, pois ela, chamada e enviada por Deus, deve ser submissa à própria missão de Deus.*

*O ministério de Jesus foi impregnado da ação do Espírito Santo e pela mesma deve a Igreja ser motivada e capacitada para o cumprimento da missão, até que Deus reúna em Cristo todas as coisas.*

#### *3) Quanto à estratégia missionária*

*Há um vazio na IPI quanto à questão de estratégia missionária, assunto que toca à Igreja discutir, porque uma boa estratégia é indispensável para a eficácia do seu trabalho missionário. Toda estratégia deve*

---

*ser profundamente contextualizada, em razão do que não existem padrões estabelecidos e definidos.*

*A consecução desses objetivos deve contar com a produção de materiais didáticos adequados e com treinamento e reciclagem de líderes (ordenados e não ordenados) que são fundamentais para a caminhada da Igreja.*

*4) Quanto à mobilização e estrutura missionária da Igreja*

*Em sua mobilização missionária, inspirada no modelo da primeira mobilização feita por Jesus enviando seus discípulos a Jerusalém, Judéia e Samaria, é necessário que a Igreja leve em consideração as diferentes situações do mundo em que vivemos, desenvolva uma teologia missionária competente, acompanhe e promova a implantação de seus projetos de secretarias locais, presbiteriais e sinodais.*

*5) Quanto à espiritualidade missionária*

*A espiritualidade cristã e missionária, gerada pelo Espírito Santo, é marcada por um fiel ensino da Palavra, por uma amorosa atitude de oração, por uma transparência em todos os relacionamentos sem qualquer tipo de discriminação e pela manutenção de uma constante atitude de oração, manifestada no culto individual e comunitário que celebra a presença de Deus entre nós.*

*6) Quanto ao missionário no contexto da legislação eclesiástica*

*Deve-se buscar uma reforma da Constituição da IPI do Brasil para que o missionário não-ordenado bem como o evangelista (homem ou mulher) encontrem abrigo legal para o exercício do seu ministério.*

*Apelo:*

*Que todas estas sugestões se tornem, nas mãos de Deus, uma realidade muito expressiva em nossa Igreja e que, sob a direção do Santo Espírito, possamos glorificar o nome augusto do nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, a quem seja dada toda a honra e louvor.*

Grande foi o entusiasmo daqueles que participaram dessa consulta. O saudoso Rev. Antônio de Godoy Sobrinho, após o encerramento daquele evento, disse entusiasmado: “Agora só nos falta decolar”, reconhecendo o valor das iniciativas propostas no documento acima reproduzido.

Em outubro de 1996, realizou-se a 3ª Consulta Missionária, em Mariápolis, SP, que procurava dar ênfase à questão da cooperação



missionária. Naquela consulta, tivemos a participação de uma delegação da Igreja Presbiteriana (EUA), chefiada pelo moderador da Assembléia Geral daquela igreja. Como resultado prático daquela consulta tivemos a assinatura de um protocolo de intenções entre a Secretaria de Missões e o San Gabriel Presbytery da Igreja Presbiteriana (EUA). Resultou disso a ida do Rev. Jairton Barros de Melo para os Estados Unidos, onde serve em projeto missionário com população de fala portuguesa.

## 2. PLANO MISSIONÁRIO GLOBAL (PMG)

Faltou-nos, desde o princípio, um planejamento mais consistente que, levando em consideração nossos pressupostos teológicos, nossa realidade sócio-econômico-política, nossas necessidades missionárias, estabelecesse uma orientação que pudesse apontar caminhos pelos quais poderíamos trilhar.

Foi elaborado, em 16 de janeiro de 1992, pela Secretaria de Missões e aprovado pela Comissão Executiva do Supremo Concílio, a primeira edição do Plano Missionário Global (PMG), revisado em 1996, com a finalidade de nortear a caminhada missionária da IPI do Brasil.

A importância disso está no fato de que, por falta de uma política estabelecida, houve tempos em que a igreja apoiava projetos pessoais, que não tinham nada a ver com a IPI do Brasil. Hoje o PMG orienta esse processo, seguindo projetos denominacionais.

## 3. CENTROS DE TREINAMENTO MISSIONÁRIO (CTM)

Uma das dificuldades encontradas pela Secretaria de Missões era a seleção de obreiros para os seus campos. Os nossos Seminários enfatizam em sua formação o aspecto pastoral. Embora, em anos passados, o Seminário Teológico de Londrina houvesse criado um curso de formação teológica com especialização em missiologia, necessitávamos de formação de missionários e não de missiólogos. Em outras palavras, precisávamos de ênfase no aspecto prático da missão, sem descuidarmos do aspecto acadêmico.

Muitas vezes procuramos nos servir de obreiros formados em escolas missionárias de outras denominações ou de agências missionárias não confessionais. Evidentemente tínhamos dificuldades quanto à identidade do novo trabalho, que muitas vezes não parecia vinculado a uma

denominação presbiteriana. Além dessa necessidade, também desafiava-nos a formação de pessoas em sua própria região de origem ou mais próximo dela. Foi então concebida a idéia da formação de missionários pela própria igreja.

Em Cuiabá, MT, tínhamos uma propriedade adquirida graças ao esforço do Rev. Willian Caraher, missionário da Igreja Presbiteriana (EUA), servindo à IPI do Brasil naquela cidade. Ao Rev. Júlio Tavares Zabatieiro, um dos diretores da Secretaria de Missões, coube a tarefa de apresentar uma proposta para um curso de formação de missionários. Criou-se então, em janeiro de 1996, o primeiro Centro de Treinamento Missionário, o CTM Centro-Oeste. A ele, nos anos subsequentes, seguiram-se a criação do CTM Norte, em Natal, RN, e CTM Sul, em Florianópolis, SC, este com ênfase em missões transculturais.

#### 4. COOPERAÇÃO MISSIONÁRIA

Uma das ênfases missionárias em nossos dias é a necessidade de cooperação de igrejas entre si e entre igrejas e organismos. Na realidade, essa preocupação não é nova. Já existia em 1916, quando da realização do Congresso no Panamá, cuja intenção era discutir a presença cristã nas Américas. Tal Congresso aproximou mais as denominações protestantes brasileiras. A respeito da participação do Rev. Eduardo Carlos Pereira no mesmo, o Rev. Themudo Lessa teceu o seguinte comentário: *“O Congresso muito beneficiou ao pastor de São Paulo, tornando-o mais liberal no cooperativismo com as demais igrejas evangélicas”*. Segundo o Rev. Gerson Correia de Lacerda, no “Livro Paixão Missionária”, a própria IPI do Brasil sofreu influência do Congresso do Panamá, pois desde 1917 fazia parte da “Comissão Brasileira de Cooperação”, juntamente com a Igreja Episcopal, a Igreja Presbiteriana do Brasil e a Igreja Congregacional. Essa comissão deu origem, em 1934, à Confederação Evangélica do Brasil. Estava nos propósitos da Confederação um trabalho conjunto, cooperativo que, infelizmente esbarrou no forte denominacionalismo das igrejas protestantes brasileiras. Houve, no entanto, um grande fruto: a organização da Missão Evangélica Caiuá, em 1929, quando a IPI do Brasil e as Igrejas Presbiteriana do Brasil e Metodista, bem como missionários norte-americanos se articularam para a evangelização e para a assistência social aos indígenas.

Existem hoje projetos de cooperação com outras igrejas, no Brasil e

---

no exterior.

No Brasil, destacamos a cooperação com a Igreja Presbiteriana (EUA) com missionários cedidos para as áreas de diaconia, educação teológica e treinamento de missionários. Recebemos apoio financeiro também para projetos em frentes missionárias, como o Projeto Sertão e o Projeto Tocantins. Aliás, nestes dois projetos também temos acordo de cooperação com a Igreja Presbiteriana da Irlanda.

No exterior temos cooperado com a Igreja Evangélica Presbiteriana do Chile, enviando pastores com o apoio da Igreja Presbiteriana (EUA). O primeiro brasileiro a ir para aquele país foi o Rev. Celso César Machado que, posteriormente, teve a companhia do Rev. Jéferson Caldeira. Na Venezuela, cooperamos com a Igreja Presbiteriana daquele país juntamente com a Igreja Presbiteriana do Brasil e Igreja Presbiteriana (EUA).

Merece destaque a cooperação com a Igreja Presbiteriana (EUA) em projetos missionários nos Estados Unidos. Temos o Rev. Jairton Barros de Melo trabalhando no San Gabriel Presbytery. Antes disso, tivemos a iniciativa do Presbitério de São Paulo da IPI do Brasil estabelecendo uma parceria com o Presbytery of Southern New England, enviando para trabalhar em Fall River o Rev. Cláudio Carvalhaes. Recentemente, a congregação iniciada pelo Rev. Carvalhaes foi organizada em igreja com o nome de Igreja Presbiteriana Cristo é Vida.

## 5. PROJETOS DE MISSÃO INTEGRAL

A teologia que norteia o trabalho missionário da IPI do Brasil tem sido a da Missão Integral. A orientação que se dá a todos os missionários é que desenvolvam projetos de ação social para o fortalecimento da pregação do evangelho.

Dois projetos devem ser destacados. Um deles é o Projeto Tocantins que, ao lado da implantação de igrejas, implantou um ambulatório para atendimento à saúde básica da população em Palmas, TO. O ambulatório, que funciona em parceria com o governo local, foi considerado como modelo na região pela Organização Mundial de Saúde.

O outro é o Projeto Sertão que tem como finalidade a evangelização de regiões do norte/nordeste com pequena presença evangélica, trabalhando também na assistência à população carente daquela região. Além de trabalhos na área da educação, esportes, orientação familiar, etc., com a

---

ajuda de pessoas e igrejas de outras regiões do país, o Projeto Sertão tem distribuído cerca de duas toneladas de alimentos/mês a famílias carentes.

#### 6. PROJETO NATANAEL

A atual direção da IPI do Brasil concebeu a idéia da realização de uma campanha que desafiasse toda a nossa denominação para o crescimento numérico. Dobrar o número de membros até 2003.

Deu-se a tarefa de implementar este projeto à Secretaria de Missões. Esta, por meio do seu Departamento de Crescimento Integral de Igrejas, desenvolveu o Projeto Natanael, produzindo materiais de apoio e oferecendo cursos de evangelização e discipulado às nossas igrejas.

O Projeto Natanael está procurando desafiar as nossas igrejas ao crescimento numérico, sem descuidar da qualidade de vida cristã, que deve ser aperfeiçoada pelo estudo sistemático da Bíblia.

#### 7. ESCRITÓRIO DA SECRETARIA DE MISSÕES

Está localizado nas antigas instalações do Lar Betel, em Sorocaba, SP.

Suas atividades são muito amplas, não somente no aspecto de termos mais projetos, como também no desenvolvimento de uma melhor concepção da atividade missionária.

Podemos vislumbrar isso pelo resumo das atividades da Secretaria de Missões abaixo:

Finalidades: 1)Elaborar, administrar, estruturar o trabalho missionário da denominação; 2)Dar apoio às igrejas nas estratégias de missões; 3)Motivar vocações missionárias; 4)Apoiar os missionários.

Áreas de atuação: 1) Grupos marginalizados; 2) Implantação de novas igrejas; 3) Parcerias com presbitérios, sínodos e igrejas; 4) Cooperação com outras denominações.

Projetos da Secretaria de Missões: 1) No Rio Grande do Sul: missão urbana em Porto Alegre; organização da IPI de Porto Alegre, Gravataí e Passo Fundo; alcançar outras importantes cidades gaúchas; 2) Projeto Natanael: multiplicação do número de membros da igreja; despertamento evangélico e missionário da denominação; habilitação de cada membro da igreja para a obra de evangelização; 3) Projeto Sertão: implantação de igrejas no sertão da Paraíba e Rio Grande do

Norte; missão integral em Patos; Projeto Diaconal no Sertão; 4) Projeto Tocantins: implantação de igreja em Palmas e em Taquaralto; ambulatório médico em Palmas; implantação de igrejas em outras cidades estratégicas; 5) Projeto Espírito Santo: implantação de igreja em São Mateus, Guarapari e Vila Velha.; 6) Formação de missionários: Centros de Formação de Missionários em Cuiabá, Natal e Florianópolis; 6) Apoio a presbitérios: Catarinense – Chapecó; Mato Grosso/Rondônia – Sinop, Juara, Vilhena, Ariquemes, Porto Velho, e região Centro Sul de Rondônia; Bahia – Vitória da Conquista (a futura 2ª IPI naquela cidade); Litoral Paulista – fortalecimento das igrejas do Vale do Ribeira em conjunto com o Projeto Pequenas Igrejas Grandes Ministérios; Pernambuco/ Alagoas - Maceió.

#### 8. REV. CAETANO NOGUEIRA JÚNIOR— PATRONO DE MISSÕES

Não podemos deixar de falar de maneira especial do Patrono de Missões da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil. O dia 28 de fevereiro, data em que ele nasceu, tornou-se o Dia de Missões da IPI do Brasil.

O Rev. Caetano Nogueira Jr., conhecido como Caetaninho, nasceu em 28/2/1856, em Pouso Alegre, MG. Era um homem que vinha de uma família simples do contexto rural. Foi ordenado em 1886, depois de muita luta para terminar seus estudos no Rio de Janeiro.

Seu ministério foi basicamente missionário. Utilizava-se de animais (cavalos, carros de boi, charretes, ) para se locomover.

Algo importante sobre seu ministério é que este era constituído de pregação do evangelho e atendimento à população de baixa renda, através da manipulação e administração de remédios caseiros, feitos a partir de plantas. Foi missionário por excelência, padecendo as agruras desse tipo de vida. O Rev. Caetano faleceu longe de sua casa e parentes, em uma de suas muitas viagens aos campos missionários.

Definitivamente, o Rev. Caetano marcou e inspirou o trabalho missionário da IPI do Brasil.

## Conclusão

Nossa história missionária deve servir para nos animar, diante da proximidade do nosso centenário, para que continuemos a servir o Senhor da Igreja como o fizeram tantos no passado mais remoto ou mesmo

no mais recente.

Observamos que em alguns pontos continuamos a sofrer dificuldades. No passado, o Rev. Eduardo Carlos Pereira desafiava a igreja a somar esforços em prol da ação missionária. Hoje, continuamos na mesma luta de fazer com que nossas igrejas abracem o projeto missionário denominacional.

Podemos observar que houve avanços. Houve avanço quanto ao apoio que o trabalho missionário tem recebido nas últimas décadas por parte da direção da igreja; houve avanço quanto à compreensão da tarefa missionária, vista como uma ação integral; houve avanço quanto ao cuidado que se tem com os missionários e suas respectivas famílias; houve avanço quanto à preocupação pela formação adequada de obreiros; etc.

Mas há muito que avançar! Seja este texto, sob a inspiração do Santo Espírito, motivador para a continuidade da caminhada missionária da IPI do Brasil.



*O Rev. Gerson Mendonça de Anunciação está servindo à IPI do Brasil, como missionário nos Estados Unidos, pastoreando a Igreja Presbiteriana Cristo é Vida, em Fall River. (Na elaboração deste texto, ele contou com a colaboração de Angelo Starnini Neto, na época em que era seminarista em Londrina, PR)*



REV. RYOSHI IIZUKA

REV. SEBASTIÃO GOMES  
MOREIRA





REV. JOÃO DE GODOY (CENTRO)  
*parte para o Amazonas, despedindo-se do Rev. José  
Ferreira Filho (à esq.) e do Presb. Josué Pacheco  
de Lima (à dir.)*

REV. NICOLA AVERSARI



REV. LUTHERO CINTRA DAMIÃO



---

# As mulheres na IPI do Brasil

Reva. Shirley Maria dos Santos Proença

**E** escrever a respeito da história das mulheres na IPI do Brasil é, sem dúvida, desafiador. Nossa análise da participação das mulheres não se dará a partir de nomes, ainda que muitos sejam citados, mas, sim, a partir das relações dinâmicas de ações criadas e recriadas no e pelo movimento feminino, interagindo com os demais segmentos da vida da igreja.

É preciso lembrar, antes de mais nada, que o registro histórico e sua interpretação são realizados sob forte influência do patriarcalismo que permeia nosso modo de agir e pensar.

Ao se resgatar participações das mulheres não se pretende encontrar uma nova história, mas perceber, na que existe, aspectos que não foram analisados e, às vezes, somente citados.

Não se pretende, neste breve relato, apresentar as ações de mulheres específicas e, sim, demonstrar como a participação feminina foi fundamental para o desenvolvimento da igreja, ainda que expressa timidamente nas entrelinhas dos textos oficiais publicados em *O Estandarte* e na revista *Alvorada*.

Às portas do centenário da IPI do Brasil, as mulheres começam a ter visibilidade numa história em que sempre estiveram presentes. Durante quase 100 anos, mulheres, conhecidas e desconhecidas, nomeadas e anônimas, cultas e iletradas, da cidade e do campo, dedicaram suas vidas como membros da igreja para a construção do reino de Deus. No entanto, foi preciso muito empenho para elas se colocarem ao lado dos homens para discutir e decidir os melhores caminhos a serem seguidos pela igreja como anunciadora da boa nova a uma sociedade distante dos valores ensinados por Jesus.

Como metodologia, optou-se pela descrição da participação das mulheres em alguns períodos como preparação para a ampliação da ação feminina na igreja até a conquista da ordenação feminina ao



---

presbiterato e pastorado.

Muitos fatos não serão mencionados, não por esquecimento nem por não serem relevantes. Os escolhidos nos oferecem os aportes necessários para uma análise ampla da complexidade das relações entre homens e mulheres no que diz respeito a instâncias decisórias. Numa cultura religiosa masculinizada, foram necessários aprendizados de convivência, de avanço e de retrocesso para que objetivos fossem conquistados.

## A organização das mulheres

Não foi e não é muito difícil para as mulheres aceitarem o que lhes é ensinado. O processo de questionamento e de busca de sua identidade ocorre em momentos diferenciados e surge de inquietações quanto à ordem estabelecida.

Para muitas mulheres na história da IPI do Brasil participar dos concílios, que são esferas de decisão, é um mero detalhe. O trabalho acontece nas relações cotidianas e elas o realizam muito bem. Para outras, tomar parte nas decisões está intimamente ligado ao direito que todos os membros da igreja têm de se fazerem representar por aqueles ou aquelas que lhes inspiram confiança, quer seja pela conduta ética, pela demonstração de capacidade, pela sua relação com Deus.

Uma das estratégias usada pelas mulheres para se fortalecerem diante da desigualdade foi a organização.

No início da história da IPI do Brasil, as mulheres se reuniram em sociedades de senhoras que se estruturavam na igreja local. Além das senhoras, na década de 1920, organizou-se a sociedade de moças, na 1ª. IPI de São Paulo, como espaço alternativo para as jovens que não participavam da sociedade de senhoras. Tal iniciativa foi vista, inicialmente, como um desafio, pois muitos tinham o receio de que a sociedade de moças, denominada Sociedade Dorcas, viesse a se tornar um espinho na obra da mulher evangélica da igreja, receando-se algum choque com a sociedade de senhoras, já existente ou, pelo menos, a diminuição na expansão e atividade desta.

Com o crescimento das atividades leigas foi organizada, em 1938, a CERAL (Comissão Educação Religiosa e Atividades Leigas), tendo por objetivo coordenar o trabalho leigo que se estruturava.

A Federação de Senhoras da IPI do Brasil nasceu da necessidade de se agrupar as sociedades locais já existentes e em expansão. No mesmo ano de sua criação, a CERAL nomeou um grupo de mulheres para organizar a Federação de Senhoras. Foram escolhidas senhoras *“que, pela sua experiência, piedade e nobreza cristã, são acreditadas diante de toda a nossa denominação. O presidente da Comissão de Atividades Leigas designou as seguintes servas de Deus: Diaconisa D. Albina Pires de Campos, D. Gertrudes Ermel Ferraz, D. Iracema Barros Stela, D. Adelina Mota de Cerqueira Leite, D. Gertrudes Pereira de Magalhães e D. Rosalina de Barros Mota. A primeira reunião do Conselho de Senhoras foi dirigida pela secretária executiva da Comissão de Atividades Leigas, a Sta. Cesarina Xavier Pinto, iniciando-se o processo para a organização do trabalho de senhoras em Federação com a autorização do Sínodo.”*

Em 1940, realizou-se o 1º Congresso das Senhoras Presbiterianas Independentes, quando foi eleita a diretoria, assumindo a presidência a Sra. Rosalina Barros Motta.

Este foi um passo importante para o trabalho de mulheres da IPI do Brasil, tendo em vista que o objetivo da Federação era o de orientar e estimular os trabalhos locais segundo um plano comum e para proveito geral.

Na organização da Federação, foi estabelecido um programa de atividades para orientar os trabalhos locais, no qual constava: 1) Desenvolver o trabalho da igreja local; 2) Promover reuniões de estudos bíblicos, adotando programas ou revistas apropriadas; 3) Incentivar o espírito de oração entre as sócias; 4) Promover a cultura feminina e doméstica.

Em apenas dois anos de organização, a Federação de Senhoras conseguiu a filiação de 80 sociedades com mais de 2.100 sócias arroladas.

A organização das mulheres, no final dos anos 30 e início dos anos 40, possibilitou maior entrelaçamento entre as mulheres através da participação em intercâmbios e congressos. A mulher presbiteriana independente aprendeu a ser uma lutadora ao saber como as atividades estavam sendo desenvolvidas, ao traçar e atingir objetivos, ao identificar desafios e encontrar melhores caminhos para transpô-los.

Não foram interesses pessoais ou perspectivas exclusivistas que

permearam as ações das mulheres. Elas se uniam para atender necessidades imediatas, para socorrer o abandonado, mas também para aprender a liderar, a conduzir, a se organizar e a demonstrar que, juntas, tornavam-se fortes para cumprir o que Deus a elas havia determinado.

A preocupação estava voltada para o fortalecimento da igreja e, mesmo não tendo acesso às instâncias decisórias, elas decidiam quais projetos deveriam adotar para crescimento e fortalecimento da igreja.

À medida que o trabalho das sociedades locais crescia, a igreja era beneficiada pela ação das mulheres, que passaram a ser reconhecidas como “braço direito” do pastor. Elas não se constrangiam para pregar o evangelho, para *“abrir as portas de suas casas e hospedar pastores e abrir congregações, dirigindo os cultos em lugares distantes onde não havia homens em condições de fazê-lo, fazendo ação social, cuidando de enfermos, de crianças, dos pobres...”*

Em 1967, foi organizada a Confederação Nacional de Senhoras, contando com a representação de 21 federações. Sob a liderança de Maria Clemência Mourão Cintra Damião, mulheres conhecidas regionalmente bem como muitas anônimas desconhecidas se empenharam no trabalho nacional. Inúmeras visitas foram realizadas e planos de trabalho foram estabelecidos. As mulheres conseguiam reunir 500 ou 600 congressistas em encontros nacionais.

A organização nacional das mulheres possibilitou a execução de alguns projetos importantes, como por exemplo:

- “a pequena moeda”, que tinha por objetivo poupar recursos para os filhos de missionários, em projeto gerenciado por Nilza Guercio Duarte;

- estímulo e orientação para que as igrejas locais ocupassem os espaços ociosos de suas dependências com a abertura de creches, mesmo antes que houvesse um departamento específico da Igreja Nacional para tratar de tal assunto. Deste projeto cuidou Helena Pitta Guida;

- elaboração de material didático para escola dominical para crianças, que, sob a liderança de Maria Clemência Mourão Cintra Damião, publicou a série “Falemos de Cristo aos Pequeninos”, manual de educação cristã usado por diversas denominações e por escolas públicas no país;

---

• campanhas para atender as crianças no Lar Betel, em Sorocaba, SP;

• visitas periódicas aos seminaristas, oferecendo-lhes carinho, apoio e ajuda;

• criação, pelo movimento das mulheres e sob a liderança de Isva Ruth Xavier, do "DIA" (Departamento de Integração do Adolescente).

Ainda há de se mencionar o cuidado que tiveram com a comunicação com as mulheres das igrejas locais. Organizaram, sob a responsabilidade de Isolina de Magalhães Venosa, Ruth França, Ilbia Damião, Suely de Moraes e Maria de Lourdes de Moraes, em 1968, a Revista Alvorada, conhecida como a revista da mulher presbiteriana independente.

Houve grande aceitação da revista que, em 1971, tinha aproximadamente 10.000 assinantes e, dez anos depois de sua primeira publicação, contava com mais de 20.000 assinantes.

A revista enfrentou muitas dificuldades, inclusive uma inflação galopante que colocou em risco a continuidade da publicação. Contudo, as mulheres continuaram incansáveis no árduo trabalho de produzir um material informativo e devocional.

Fizeram parte da equipe da revista Alvorada quando de sua elaboração inicial: Maria Clemência Mourão Cintra Damião, Helena Pitta Guida, Heloisa Costa, Berenice Neves de Camargo, Maria de Lurdes de Moraes, Neusa Melo Amaral Tarcha, Isolina de Magalhães Venosa e o Rev. Francisco de Moraes.

No ano de 1987, houve um redimensionamento do ministério leigo da IPI do Brasil, quando foi criada a Secretaria de Forças Leigas, com o objetivo de sensibilizar igrejas e presbitérios para a implantação e organização do segmento leigo.

Neste período, iniciou-se a Coordenadoria Nacional de Adultos, formada pelo segmento feminino e masculino de adultos.

As mulheres, organizadas em sociedades e posteriormente em coordenadorias, foram vislumbrando novos horizontes quanto à sua participação na vida da igreja. Ao tomarem parte, com os homens, na tomada de decisões relativas à coordenadoria, elas poderiam também partilhar decisões em conselhos, presbitérios e Supremo Concílio.

O trabalho em parceria exige competência, tolerância e predisposição para ouvir e falar. Este foi mais um exercício que as mulheres

souberam realizar, a fim de ampliar sua atuação na vida da igreja.

## O processo de ordenação feminina

Vivemos numa sociedade de orientação patriarcal. Num sistema patriarcal, as mulheres, que também fazem parte das construções sociais, pouco participam das instâncias decisórias.

Na dinâmica social encontramos grupos que se organizam para confrontarem o que está estabelecido, após um sentimento de inconformismo, e questionam o que é aceito como naturalmente dado.

É o caso das mulheres que, após os anos 60, intensificaram um movimento de articulação contra a discriminação feminina. Este, como outros movimentos sociais, foi um processo complexo que repercutiu em todos segmentos, inclusive o religioso.

A Igreja Cristã ensina a igualdade das pessoas diante de Deus. No entanto, estabelece uma série de regras para dar conta de sua organização interna. As regras sempre existirão. No entanto, não podem se prestar à discriminação, à intolerância e à exclusão.

Na igreja, como na sociedade, as mulheres passaram a compreender que a limitação imposta ao seu trabalho traduz a realidade patriarcal em que vivem. Tanto na sociedade quanto na igreja, as mulheres buscam a igualdade, que tem seu contraponto na desigualdade e não na diferença. Homens e mulheres são diferentes, no entanto, têm direitos iguais como cidadãos e cidadãs da cidade e do Reino de Deus.

Tradicionalmente, os homens têm dificuldade, principalmente no campo religioso, de partilhar espaços de decisão com as mulheres. Elas são chamadas para exercerem funções que lhes são naturais, mas não para participarem na tomada de decisões juntamente com os homens.

Como foi visto até aqui, as mulheres presbiterianas independentes foram e são co-participantes na construção da vida da igreja. Elas se organizaram para atender o necessitado, para orar com os desalentados, para ensinar o caminho que a criança deve seguir, para acolher os desesperançados, para contribuir financeiramente para a compra de terrenos e edificação de novos templos, e foram portadoras de palavras de vida.

Muito embora as mulheres tenham tido participação ativa na his-

---

tória da IPI do Brasil, não puderam, durante cerca de 95 anos, participar das instâncias decisórias.

Para conquistarem o direito de voz e voto nos concílios as mulheres precisaram se organizar.

#### 1. DA PRIMEIRA DIACONISA À PRIMEIRA PRESBÍTERA E PASTORA: 75 ANOS DE CAMINHADA

Na década de 30, a IPI do Brasil começou a demonstrar que seria apenas uma questão de tempo a participação das mulheres nos concílios como presbíteras e pastoras.

Em 1934, Albina Pires de Camargo foi eleita e ordenada diaconisa na 1ª. IPI de São Paulo. Muito pouco há nos registros da história da igreja sobre esta mulher. No entanto, ela desenvolveu o ministério para o qual Deus a escolheu, sendo uma precursora que inspirou a organização das mulheres para o ministério do presbiterato e pastorado.

Ainda na década de 30, há o registro de outra mulher que não se intimidou diante dos desafios do seu tempo.

Cesarina Xavier Pinto foi secretária executiva da Federação de Senhoras e participou ativamente no trabalho leigo. Estudou em nosso Seminário em São Paulo e defendeu brilhante tese, em fevereiro de 1939, sobre o trabalho feminino evangélico. Foi a primeira mulher a graduar-se em teologia em nosso país.

Como secretária executiva, Cesarina pregou em diferentes cidades brasileiras. Dirigiu devocionais, ministrou aulas em escolas dominicais, visitou, acompanhou reuniões de mocidades, evangelizou e pregou em cultos em praças e na cadeia.

Para fazer tudo isso em plena década de 40, teve de romper com muito preconceito, pois, ao ficar distante de sua residência por vários dias, viajando, visitando igrejas, algumas vezes sozinha e outras acompanhada da liderança masculina, deve ter levantado questionamento por parte das pessoas que não compreendiam como uma mulher podia ter este tipo de comportamento, mesmo que fosse para pregar a Palavra de Deus.

Como Cesarina, muitas mulheres presbiterianas independentes não aceitaram os limites a elas atribuídos na estrutura eclesiástica. Ainda que não pudessem ter as atribuições pastorais, agiram como

---

verdadeiras pastoras do rebanho de Deus e, em parceria com os homens, assumiram a implantação e direção de muitas igrejas presbiterianas independentes.

Dentre tantas mulheres que assim procederam pode-se lembrar de Maria Anselmo, que organizou e dirigiu a 2ª IPI de Fortaleza, CE, na década de 30, e de outras que se embrenharam pelo sertão de Goiás e Nordeste para implantar igrejas.

As mulheres dirigiram reuniões, organizaram trabalhos de assistência aos necessitados, se reuniam para estudar a Bíblia e para a oração, mas também se prepararam.

Elas estudavam educação cristã, teologia e música para melhor desenvolverem os ministérios recebidos da parte de Deus. Pode-se encontrar na relação de alunos e alunas da IPI do Brasil no Instituto José Manoel da Conceição de 1941: Mercedes Rangel, da IPI de Cruzeiro; Daura de Oliveira, da IPI de Iepê; Ambrosina de Oliveira Campeira, de Goiás; Suzana Cintra Damião, da IPI de Espírito Santo do Pinhal.

Na década de 60, é possível encontrar mulheres se preparando no campo bíblico-teológico. Auta Leonor da Silva foi estudante do Instituto e Seminário Bíblico em Londrina e participou de trabalhos de evangelização na cidade de Iepê, SP.

A IPI do Brasil estava às portas dos seus 70 anos de organização, quando se intensificaram as discussões a respeito da ordenação feminina.

Muito embora uma pesquisa, realizada em 1978, apontasse grande número de mulheres ordenadas pastoras nos Estados Unidos, cerca de 10.470, inclusive na Igreja Presbiteriana, o que colaborou para que as mulheres presbiterianas independentes discutissem a questão foi a ordenação da primeira pastora na Igreja Metodista no Brasil, em 1974, a Reva. Zeni Lima Soares, a qual foi cumprimentada pela Confederação Nacional das Senhoras Presbiterianas Independentes do Brasil.

As discussões referentes à ordenação feminina não estiveram, no período, restrita às mulheres. Muitos pastores, líderes da juventude e homens incluíam o assunto nas pautas de discussões.

A reunião do Supremo Concílio de 1978 retomou a discussão sobre a ordenação de mulheres ao presbiterato, que havia sido deixada so-

---

bre a mesa no Concílio de 1972, por ter sido julgada inoportuna. Naquela ocasião, a comissão responsável foi de parecer que a matéria fosse discutida por uma Comissão de Estudos Especiais e que dela fizessem parte a presidente e vice-presidente da Confederação Nacional de Senhoras, elaborando um documento para apresentar na próxima reunião do Supremo Concílio.

O início dos anos 80 chegou com grande movimentação da igreja a respeito da ordenação feminina. O jornal *O Estandarte* expressa a efervescência do momento, publicando artigos de homens e mulheres que eram favoráveis ou contrários à ordenação.

Muitos foram os argumentos usados. Para os que não concordavam, prevalecia o argumento da ausência da palavra presbítera no texto bíblico; para os favoráveis, as mudanças nas relações homem-mulher na sociedade e a crescente participação feminina no espaço público eram elementos importantes para a hermenêutica bíblica enfatizando a igualdade.

Um marco no período foi a Reunião Extraordinária do Supremo Concílio no final de 1986 para a mudança constitucional.

Nos meses que antecederam a reunião, estabeleceu-se um verdadeiro debate de idéias através de *O Estandarte*. Cada autor argumentava sobre as razões favoráveis ou contrárias à ordenação feminina.

A presidente de Confederação Nacional de Senhoras, Miriam Monteiro Puccio, enviou uma carta aberta à IPI do Brasil, publicada em outubro de 1986, na qual apresentava, em nome das mulheres presbiterianas independente do Brasil, uma palavra aos representantes dos presbitérios no Supremo Concílio.

Na carta, Miriam, representando o segmento feminino da igreja, falava da injustiça contra as mulheres por não poderem exercer plenamente o ministério para o qual eram chamadas. Dizia que as mulheres, durante os 83 anos de vida da igreja, se empenharam na sua construção, sem poderem ser representadas nos conselhos. Terminava apelando para que os representantes deixassem os preconceitos e conclamava: *"Que o histórico Concílio de 1986, conceda a nós, mulheres presbiterianas independentes do Brasil, a honra de servirmos a causa do Mestre como presbíteras"*.

Foi uma reunião com discussões calorosas e o resultado foi desfa-



---

vorável à ordenação de mulheres ao presbiterato.

Mesmo diante da decisão do Supremo Concílio, as mulheres não se intimidaram. Novamente voltaram a se organizar. Foram vários grupos, reunindo-se simultaneamente e com o objetivo principal de retomar a discussão sobre a ordenação feminina.

Em meados de 1989, aconteceu o I Encontro de Mulheres Presbiterianas Independentes, em São Paulo. Na pauta constava a discussão sobre a ordenação feminina e a elaboração de estratégias de atuação até a próxima reunião do Supremo Concílio. No encontro foi elaborado um documento, assinado por todas as participantes e encaminhado ao Supremo Concílio, pedindo o reexame da questão da ordenação de presbíteras e pastoras.

Temas relacionados à participação da mulher na igreja, inclusive no ministério ordenado, fizeram parte de muitos encontros regionais e locais.

A década de 90 iniciou-se trazendo novas expectativas no que diz respeito à ordenação feminina.

A mudança constitucional viria a ocorrer somente em 1999, mas as mulheres continuaram incansavelmente se organizando e se articulando.

Diante do discurso de homens e mulheres de que a igreja ainda não estava preparada para uma mudança tão significativa, as mulheres continuaram a tecer a sua história, não uma história à parte, mas uma história entrelaçada à história da IPI do Brasil, na certeza de que as sementes lançadas durante quase 100 anos não ficariam sem florescer.

Em 1991, um grupo de mulheres bacharéis em teologia e seminaristas organizou o Grupo de Reflexão do Ministério Feminino, que tinha por principal objetivo reunir mulheres para discutir a questão da ordenação de presbíteras e pastoras.

Durante três anos, foram realizados 12 encontros nas cidades de São Paulo, Londrina, Avaré, Mairiporã. Em 1993, 102 mulheres, reunidas no Acampamento Cristo é Vida, em Avaré, SP, elaboraram um documento para o Supremo Concílio solicitando o retorno das discussões sobre a ordenação feminina.

Os congressos nacionais da Coordenadoria de Adultos não deixaram de discutir o assunto. Em Luziânia, GO, em 1994, e em Serra

---

Negra, SP, em 1998, foram elaborados documentos e encaminhados ao Supremo Concílio, nos quais os adultos se declaravam favoráveis à ordenação feminina.

Na reunião de 1999, o Supremo Concílio da IPI do Brasil aprovou a mudança constitucional em seu Artigo 33, parágrafo 1º, e Artigo 62, incluindo as mulheres no exercício do ministério ordenado do presbiterato e pastorado.

## 2. MULHERES PREPARANDO-SE PARA O MINISTÉRIO PASTORAL

Mesmo sem a possibilidade da ordenação, os seminários da IPI do Brasil receberam várias alunas. Foram mulheres que decidiram fazer o curso teológico e que contribuíram para que a discussão sobre a ordenação avançasse, apesar de muitas delas não pretenderem assumir o ministério pastoral, quando isso se tornasse possível.

Nos últimos 30 anos do século XX, as mulheres estiveram presentes nos seminários da denominação, proporcionando profunda mudança na concepção dos seminaristas e da igreja a respeito da mulher que faz teologia.

A sua presença no curso teológico aponta para uma parceria, para uma co-participação e co-responsabilidade na construção da história da IPI do Brasil. Ao lado dos homens que se preparavam para assumir o pastorado, elas puderam demonstrar que capacidade, responsabilidade e dedicação não estão relacionadas ao sexo e que as diferenças biológicas não as tornam menos capazes para o aprendizado.

Nos anos 70, no meio acadêmico, muitos foram os preconceitos enfrentados. Piadas machistas, comentários discriminatórios, juízos moralistas estiveram presentes nos relacionamentos entre os colegas de estudo. No entanto, não foram suficientes para afugentar as mulheres do objetivo de estudarem teologia.

Em cada reunião do Supremo Concílio que iria discutir a ordenação feminina, estavam elas presentes ao lado das mulheres que durante muitos anos lutaram para este fim.

Algumas alunas, ao se formarem, foram pastorear igrejas de outras denominações. Há mulheres que fizeram o curso teológico em seminário presbiteriano independente e, hoje, são pastoras na Igreja Metodista ou Luterana. Muitas não terminaram o curso de teologia e optaram pelo ministério do presbiterato regente.

Algumas desistiram por não vislumbrarem no horizonte a possibilidade de exercer o ministério ordenado e algumas voltaram para concluir o curso após a aprovação da ordenação feminina.

Foram muitos anos de incertezas, mas de esperança; de lágrimas, mas de solidariedade. A Reva. Nair Borges Birseneck, do Presbitério Centro-Oeste Paulista, esperou 41 anos para ser finalmente ordenada. A autora deste texto esperou 20 anos. Muitas outras esperaram 7 ou 5 anos, mas todas puderam, com alegria, ser reconhecidas e ordenadas pela IPI do Brasil como Ministras da Palavra e dos Sacramentos e, ao lado de inúmeras presbíteras, estão desenvolvendo o ministério que a elas foi dado por Deus.

O tempo serve para demonstrar que as mulheres constroem uma história que não é apenas delas, mas de toda uma igreja amada por elas.

### 3. PRESBÍTERAS IMPEDIDAS PELA CONSTITUIÇÃO

Paralelamente à discussão da ordenação feminina, algumas igrejas locais votavam em mulheres para assumir o presbiterato, mesmo não sendo possível a continuidade do processo por não haver respaldo constitucional.

No entanto, igrejas que reconheciam o trabalho das mulheres votavam nelas, entendendo que dispunham das qualificações necessárias para tal ministério.

Foi o caso da IPI de Sertanópolis, PR, que, em 1984, elegeu Idenea de Andrade Durão para o presbiterato. A igreja bem como a eleita estavam preparadas para a participação da mulher no conselho, porém, não havia respaldo constitucional para o exercício do presbiterato por mulheres. O pastor daquela igreja enviou consulta ao seu presbitério, que a encaminhou ao Sínodo Meridional, o qual a fez subir ao Supremo Concílio. E Idenea não pode ser ordenada como presbítera.

Em eleição realizada na IPI de Quitaúna, em Osasco, SP, a assembléia votou em duas mulheres para assumirem como presbíteras. Mas, por não poderem exercer tal ministério, a assembléia foi encerrada, porque os homens não conseguiram o número mínimo de votos para a eleição.

No final da década de 90, antes da mudança constitucional, a IPI do Sacomã, SP, elegeu e ordenou Valquíria Pelisser Campagnucci e

---

Loide Muniz Barreros para exercerem o presbiterato. O ato da ordenação foi declarado nulo pelo presbitério.

Em muitas outras igrejas, mulheres receberam votos para exercerem o presbiterato. Isso indicava o amadurecimento das igrejas locais no que diz respeito à escolha de seus e suas representantes. No entanto, sem a devida reforma constitucional, muitas mulheres foram impedidas de atuarem como legítimas representantes dos membros das igrejas locais junto aos concílios.

## Conclusão

Foram tempos difíceis de espera, angústia, medo, incerteza. Em muitas igrejas locais, as mulheres foram presbíteras e pastoras de fato, mas não de direito. Muitas de nossas igrejas nasceram da iniciativa de mulheres que pastorearam o povo de Deus.

Toda mudança é muito difícil. Elas pressupõem o inesperado, o novo e podem causar angústia e desconforto. Contudo, sem mudanças, as pessoas e as instituições morrem. Estar diante do novo significa avaliar as situações e permitir mudanças, sem abandonar o que existe em nossa história de vida.

Não se trata de aceitar o novo simplesmente pela novidade. É necessário observar critérios para que seja estabelecida uma relação de aprendizado e crescimento.

As mudanças que ocorrem na sociedade são extremamente lentas. Enquanto acontecem, poucas pessoas delas se dão conta, ainda que participem do processo de transformação social.

No que diz respeito a uma sociedade de orientação patriarcal, alguns avanços já aconteceram; outros ainda estão por vir. O fato é que as mulheres estão aprendendo a pensar seus próprios pensamentos e a questionar o *lhe* foi colocado como pensamento único e verdadeiro.

A história das mulheres na IPI do Brasil foi e está sendo escrita por todas as mulheres que ofertaram e ofertam tempo, recursos financeiros, habilidades, ternura, conhecimento, preparo, dedicação e tudo possuem com o objetivo da construção dessa igreja.

São Marias, Joanas, Madalenas e Suzanas que se encontraram com o Cristo ressurreto e encheram suas vidas de alegria para enfrentar as injustiças, as desigualdades, as discriminações construídas nas relações sociais, inclusive religiosa, que tentam sufocar a voz da

---

mulher. No entanto, elas continuam a gritar pelos quatro cantos que não aceitam que ouçam, vejam, sintam e pensem por elas.

Esta história não terminou. Mulheres pastoras, presbíteras, diaconisas, educadoras, musicistas, zeladoras, diaristas, que exercem atividades na igreja e fora dela, estão prontas para partilhar o fazer, o pensar e o decidir com os homens, a fim de buscarem juntos os melhores caminhos para o crescimento e fortalecimento da igreja, das pessoas e da sociedade.

Faz-se necessário aprender a compartilhar, ainda que seja um duro aprendizado, mesmo que os obstáculos sejam monstruosos e que os conflitos constantemente aflorem. O importante é que mulheres e homens tenham juntos a história.

Contar história de mulheres é contar histórias de homens, de jovens, de crianças, do povo de Deus.



*A Rev. Shirley Maria dos Santos Proença é professora do Seminário Teológico de São Paulo da IPI do Brasil*



DIAC. ALBINA PIRES DE CAMPOS  
*1ª diaconisa eleita na IPI do Brasil*



CESARINA XAVIER PINTO  
*1ª mulher a concluir curso  
teológico na América Latina*





REVS. SETH FERRAZ, ORLANDO FERRAZ, JORGE BERTOLASO STELLA E  
ALFREDO BORGES TEIXEIRA E DIAC. ALBINA PIRES DE CAMPOS  
*na despedida do prédio do Seminário da Rua Visconde de Ouro Preto, em São  
Paulo, em 1960. Em segundo plano, entre os irmãos Ferraz aparece o Presb.  
Benjamim Themudo Lessa.*



# Caderno de O Estandarte

Publicação especial em comemoração ao Centenário da IPI do Brasil  
Julho/2002

Caderno para os assinantes de O Estandarte  
**GRÁTIS**

## ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO

Rev. Gerson Correia de Lacerda (*relator*)  
Rev. Josué Xavier  
Rev. Eduardo Galasso Faria  
Presb. Nilson Zanela  
Alberto Klein

## Diretor e Editor:

Rev. Gerson Correia de Lacerda

## Revisão:

Rev. Gerson Correia de Lacerda

## Jornalista responsável:

Dr. Uassyr Ferreira  
Reg. MT 6220 - SJPEP 65381  
Matr. Sind. nº 12763

## Redação:

Rua Amaral Gurgel, 452 - Sobreloja  
CEP 01221-000 - São Paulo-SP  
Fone/fax: (011)3258-1422 / 3258-7967  
E-mail: estandarte@ipib.org  
Expediente: 2ª a 6ª, das 9 às 18 hs.

## Editora Pendão Real

Márcio Serafim de Paula  
(*Gerente Administrativo*)  
Sheila de Amorim Souza  
(*Arte e Edição Eletrônica*)  
João Júnior Marques  
(*Atendimento e Cadastro*)  
Exemplar avulso: R\$ 3,00  
Depósito no Bradesco  
Agência 095-7 C/C 151.212-9

Tiragem: 6.000 exemplares.

Impressão: Gráfica Polyguara(11) 6969-4077

*Artigos assinados não representam necessariamente a opinião da IPI do Brasil, nem da própria direção do jornal. Matérias enviadas sem solicitação da Redação só serão publicadas a critério da diretoria. Os originais não são devolvidos.*

## Capa:



*Sínodo Extraordinário de 1938, no templo da 1ª IPI de São Paulo, à rua 24 de maio. Destacamos: Revs. Roldão, Odilon (presidente) e Azor (sentados à mesa); Revs. Vicente Themudo Lessa e Jorge Bertolaso Stela (no púlpito); Rev. Alfredo Borges Teixeira (o 1º da 3ª fila em pé à direita) e Rev. Francisco Lotufo (o 1º à esquerda dos assentados)*

ARREPENDEVOS  
E CREDE  
NO  
EVANGELHO  
MARCII 15

JESUS CHRISTO  
ESPERANCA NOSSA  
ITIMI

TEMEI A DEUS  
E DAE-LHE GLORIA  
APOCXIV 7



1903



2003